



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

O Autoemprego Imigrante em Portugal

Sílvia Fernandes Tomaz

Mestrado em Economia da Empresa e da Concorrência

Orientador:

Professor Nuno Duarte Fialho Sanches Borges dos Santos, Professor Auxiliar
Convidado no Departamento de Métodos Quantitativos para Gestão e Economia
(IBS), ISCTE Business School

Coorientadora:

Professora Doutora Catarina Andreia dos Reis de Oliveira, Professora Auxiliar
Convidada no ISCSP, Universidade de Lisboa

novembro, 2022



BUSINESS
SCHOOL

Departamento de Economia

O Autoemprego Imigrante em Portugal

Sílvia Fernandes Tomaz

Mestrado em Economia da Empresa e da Concorrência

Orientador:

Professor Nuno Duarte Fialho Sanches Borges dos Santos, Professor Auxiliar
Convidado no Departamento de Métodos Quantitativos para Gestão e Economia
(IBS), ISCTE Business School

Coorientadora:

Professora Doutora Catarina Andreia dos Reis de Oliveira, Professora Auxiliar
Convidada no ISCSP, Universidade de Lisboa

novembro, 2022

Resumo

A imigração é uma temática que tem cada vez mais importância a nível mundial, visto que se tem verificado uma intensificação de fluxos migratórios nas últimas décadas. A imigração está diretamente relacionada com a fonte de rendimento das pessoas oriundas de outros países, pelo que estas podem deter trabalho por conta de outrem ou trabalho por conta própria, o denominado autoemprego. Assim, o presente estudo tem o objetivo de analisar as várias vertentes do autoemprego, o autoemprego imigrante em Portugal e as características pessoais que determinam a probabilidade de um indivíduo proveniente do estrangeiro se dedicar ao autoemprego. Nesta investigação foram utilizados os microdados do Inquérito ao Emprego do Instituto Nacional de Estatística, no período de 2011 a 2020, tendo sido possível descrever os perfis compostos por características pessoais. Desta forma, foi analisada a propensão destes perfis ao autoemprego com recurso à regressão logística binária.

Os perfis identificados com maior propensão ao autoemprego correspondem a franceses que moram no Centro de Portugal, franceses que moram no Algarve, venezuelanos do sexo feminino com o ensino superior, e moçambicanos do sexo feminino que residem no Algarve.

Em oposição, os perfis com menor propensão ao autoemprego correspondem a angolanos casados do sexo feminino que vivem na Área Metropolitana de Lisboa, brasileiros do sexo masculino com idade igual ou inferior a 39 anos residentes na Área Metropolitana de Lisboa, brasileiros que vivem na Região Autónoma da Madeira, e moçambicanos do sexo feminino que residem no Norte de Portugal.

Palavras-chave: Autoemprego, Empreendedorismo, Imigrante

Classificações JEL: J15, L26

Abstract

Immigration is a topic that is increasingly important worldwide, as there has been an intensification of migratory flows in recent decades. Immigration is directly related to the source of income of people from other countries, so they can either be employees or self-employed. Thus, the present study aims to analyse the various aspects of self-employment, the reality of immigrant self-employment in Portugal and the personal characteristics that determine an individual from abroad to follow the path of self-employment in Portugal. In this investigation, microdata from the Employment Survey of the National Institute of Statistics, from 2011 to 2020, were used to describe the profiles composed of their personal characteristics. In this way, the propensity of these profiles to self-employment was analysed using binary logit.

The profiles identified with a greater propensity for self-employment correspond to French living in Central Portugal, French living in the Algarve, females from Venezuela with qualifications equivalent to higher education, and females from Mozambique residing in the Algarve.

In contrast, the profiles with a lower propensity for self-employment correspond to married females from Angola living in the Metropolitan Area of Lisbon, males from Brazil aged 39 or younger residing in the Metropolitan Area of Lisbon, Brazilians living in the Autonomous Region of Madeira, and females from Mozambique residing in the North of Portugal.

Keywords: self-employment, entrepreneurship, immigrant

JEL Classification: J15, L26

Índice

1. Introdução	1
1.1. A Evolução da Imigração em Portugal	2
1.2. Os Empresários Estrangeiros em Portugal	5
2. Revisão de literatura	8
2.1. O Empreendedorismo e o Autoemprego	8
2.2. As Características Individuais e o Autoemprego em Termos Genéricos	10
2.3. O Autoemprego Imigrante e o Autoemprego Étnico	12
2.4. As Determinantes ao Autoemprego Imigrante	13
2.4.1. Recursos Pessoais	14
2.4.1.1. A Nacionalidade	15
2.4.1.2. A Discriminação	16
2.4.2. Comunidade Étnica	17
2.4.2.1. As Redes Informais	17
2.4.3. Estrutura de Oportunidades	18
2.4.3.1. Políticas em Portugal	19
2.5. O Autoemprego Imigrante por Localização	20
2.6. A Caracterização das Empresas de Imigrantes	21
2.7. O Impacto do Autoemprego Imigrante	22
2.8. A Pandemia COVID-19 e o Autoemprego Imigrante	23
3. Metodologia e Resultados	24
3.1. Caracterização da Amostra	25
3.2. Abordagem Metodológica	30
3.2.1. Método CHAID	33
3.2.2. Regressão Logística	37
3.2.3. Resultados	38
4. Conclusões, Limitações e Investigação Futura	42
5. Fontes	45
6. Referências Bibliográficas	45

Índice de Tabelas

Tabela 3.1. Regras Obtidas na Árvore de Decisão (Parte 1)	34
Tabela 3.2. Regras Obtidas na Árvore de Decisão (Parte 2)	35
Tabela 3.3. Regras Obtidas na Árvore de Decisão (Parte 3)	36
Tabela 3.4. Variáveis na Equação - Método = Backward Stepwise (Conditional)	39
Tabela 3.5: Efeitos Marginais Médios da Regressão Logística	41

Índice de Gráficos

Gráfico 1.1. Evolução da População Estrangeira em Portugal (2007-2021)	4
Gráfico 1.2. Evolução de empresários estrangeiros em Portugal (2011-2019)	6
Gráfico 1.3: Nacionalidades com maior relevância percentual no autoemprego imigrante em Portugal	6
Gráfico 3.1: Distribuição da Amostra por Países de Origem	26
Gráfico 3.2: Áreas de Educação da Amostra	27
Gráfico 3.3: Países de Origem da Amostra de Indivíduos em Autoemprego	29
Gráfico 3.4. Organização da Abordagem Metodológica	31

1. Introdução

Nas últimas décadas, os fluxos migratórios têm-se intensificado mundialmente em consequência do efeito de globalização, da facilidade de mobilidade e das comunicações, bem como a razão que continua a motivar as pessoas há séculos, a procura de usufruir de melhores condições de vida comparativamente ao seu país de origem. Desta forma, as migrações constituem uma temática cada vez com mais relevância nos diversos estados, na medida em que estes fluxos têm um elevado impacto económico, político e social.

No mercado de trabalho do país de destino, os imigrantes ao chegar ao novo território podem enfrentar inúmeros obstáculos, entre eles a língua da sociedade de acolhimento, a organização social, a cultura, e a discriminação, refletindo-se muitas vezes em situações de desemprego, precariedade laboral, remunerações reduzidas ou inferiores à população nacional desse país. Estas situações podem incitar a população imigrante a estabelecer negócios próprios, sendo estes percecionados como uma oportunidade e simultaneamente como um risco. Deste modo, o autoemprego pode representar, ou o trabalho realizado por indivíduos de forma autónoma, que exercem uma profissão de forma independente e não incorporando negócios na sua atividade principal, ou trabalho executado de forma independente em que os colaboradores laboram legalmente na sua própria organização (Borjas, 1986; Zissimopoulos e Karoly, 2004; Hipple, 2010; OECD, 2022).

Este estudo pretende identificar e analisar os perfis baseados nas características pessoais que têm maior e menor propensão ao autoemprego por parte de imigrantes em Portugal, sendo que os estudos nesta matéria aplicados à realidade portuguesa são escassos. O presente trabalho assume uma especial relevância na medida em que contribui para uma consolidação dos conteúdos teóricos, permite uma atualização de conteúdos e permite analisar dados com previsível impacto em futuros estudos económicos.

Com o intuito de assegurar o objetivo desta tese empírica, o relatório apresenta detalhes qualitativos e quantitativos. Assim, a presente tese prossegue com a revisão de literatura, abordando as temáticas: (i) as diferenças entre o empreendedorismo e o autoemprego; (ii) as características individuais e o autoemprego em termos genéricos; (iii) a especificação das definições de autoemprego imigrante e o autoemprego étnico; (iv) as diversas determinantes ao autoemprego imigrante, sendo estruturadas pelos recursos pessoais, comunidade étnica, e estrutura de oportunidades; (v) a distribuição do autoemprego imigrante por localização; (vi) a

caracterização de empresas detidas por imigrantes; (vii) o impacto do autoemprego imigrante; e (viii) uma abordagem do autoemprego em contexto de pandemia (COVID-19).

Posteriormente será apresentada a metodologia e a análise dos resultados onde serão estudados os perfis relevantes, assentes nas características pessoais, para explicar o fenómeno do autoemprego imigrante em Portugal com recurso a microdados do Inquérito ao Emprego, do Instituto Nacional de Estatística, no período compreendido entre 2011 e 2020. Por fim, serão retiradas as conclusões e reveladas as limitações deste estudo.

1.1. A Evolução da Imigração em Portugal

A decisão de iniciar um negócio próprio por parte de imigrantes em Portugal está intrinsecamente interligada com o fenómeno da imigração do país. Desta forma, surge a necessidade de compreender como é que esta evoluiu em Portugal. Nos anos antecedentes a 1960, Portugal era caracterizado por ser um país predominantemente de emigração, em que o número de estrangeiros permaneceu relativamente estável, sendo o saldo migratório negativo devido especialmente ao fluxo dos cidadãos nacionais para outros países europeus e colónias portuguesas. Contudo, o fenómeno migratório alterou-se na década de 60, com o fortalecimento das relações económicas com os mercados europeus mais evoluídos, após a integração na *European Free Trade Association* (EFTA) e a abertura ao investimento estrangeiro.

Após a revolução do 25 de Abril de 1974, verificou-se um retorno considerável de cidadãos como consequência da independência colonial. Este foi acentuado com a alteração estatutária introduzida pelo Decreto-Lei n.º 308-A/75, em que foram definidas condições mais limitadas de acesso à nacionalidade portuguesa. Desta forma, a nacionalidade portuguesa foi retirada aos cidadãos oriundos das províncias ultramarinas, com exceção dos originários de Goa, Damão e Diu, dos que tinham ascendentes portugueses e ainda dos antigos funcionários da administração colonial, antigos combatentes no exército português e outras pessoas que tinham uma relação particular com as instituições portuguesas (Fonseca, 2008). Esta realidade tornou o mercado de trabalho saturado, sendo este caracterizado por um elevado nível de desemprego e desordem da transferência do controlo administrativo colonial.

No período referente às décadas de 80 e 90, verificou-se uma continuidade do crescimento da imigração que se tornou substancialmente mais diversificada perante o acréscimo relativo

de indivíduos oriundos de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), do Brasil, e da Ásia, em particular chineses, indianos e paquistaneses. Esta situação deveu-se principalmente a fatores estruturais, nomeadamente à conjuntura favorável da economia portuguesa verificada nesse período e ao contexto europeu de livre circulação de mão-de-obra, que por sua vez proporcionou oportunidades a determinados segmentos de mercado, como por exemplo, a restauração e a construção civil (Baganha & Malheiros, 1999; Fonseca, 2002; Pires, 2002; António et al, 2011).

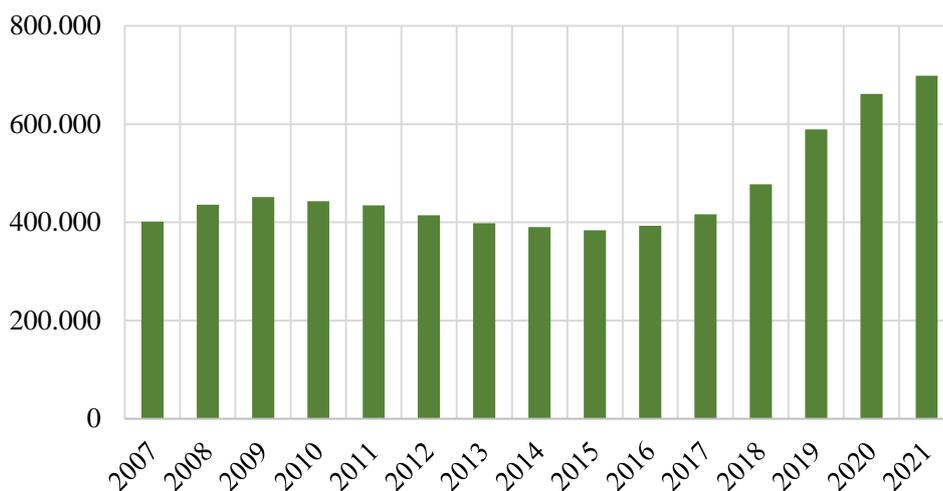
No início do século XXI, face à implementação de autorizações de permanência em Portugal surgem novos fluxos migratórios oriundos da Europa de Leste e ocorre igualmente uma maior dispersão geográfica de imigrantes pelas diversas regiões do país, apesar de não ser muito significativa relativamente à sua concentração em Lisboa (Pires, 2002; Peixoto, 2007; Carvalho, 2009).

Em termos quantitativos, o número de imigrantes permanentes tem variado ao longo do tempo. O imigrante permanente corresponde a “pessoa (nacional ou estrangeira) que, no período de referência, entrou no país com a intenção de aqui permanecer por um período igual ou superior a um ano, tendo residido no estrangeiro por um período contínuo igual ou superior a um ano” (INE, 2021, outubro). Em 2008, Portugal apresentava 29.718 pessoas com este estatuto e no ano seguinte aumentou 8,7%. Contudo, perante o período de recessão económica e financeira este número foi-se reduzindo até atingir o mínimo de 14.606 indivíduos em 2012, como consequência da deterioração do mercado de trabalho, nomeadamente diminuição das oportunidades de trabalho, aumento global do desemprego no contexto nacional, e aumento da distância das suas remunerações face aos trabalhadores portugueses (Oliveira & Gomes, 2016; Valente et al, 2016).

Por outro lado, nos últimos anos, Portugal tem atingido valores máximos históricos referentes ao número de população estrangeira residente, conforme verificado no *Gráfico 1.1*. Em 2018, verificou-se 477.472 cidadãos nessas circunstâncias, em que 81,1% correspondia a população potencialmente ativa, maioritariamente pertencentes ao grupo etário entre os 25 e os 44 anos, 9,8% representava a população com mais de 65 anos, e 9,1% os jovens até aos 14 anos. Nesse mesmo ano, os países de proveniência dos residentes estrangeiros com maior representatividade correspondiam ao Brasil (21,9%), Cabo Verde (7,2%), Roménia (6,4%), Ucrânia (6,1%), Reino Unido (5,5%) e China (5,3%). Já na perspetiva da distribuição geográfica, as localizações em que se verifica maior número de cidadãos estrangeiros são a

capital portuguesa (44,4%), Faro (16,1%), Setúbal (8,4%) e Porto (6,8%). Neste contexto, as três principais causas na concessão de novas autorizações de residência no país foram, em primeiro lugar, o reagrupamento familiar (incluindo familiares de cidadãos de outros estados da União Europeia), em segundo, a atividade profissional, e por último, a formação e educação (Ribeiro et al, 2019).

Gráfico 1.1. Evolução da População Estrangeira em Portugal (2007-2021)



Fonte: Elaboração própria (dados provenientes de Pordata, 2022, setembro)

Em 2019, verificou-se um acréscimo da população estrangeira residente, com um aumento de 22,9% face a 2018, totalizando 590.348 cidadãos estrangeiros titulares de autorização de residência (Machado et al., 2020).

Em 2020, constatou-se uma continuidade do crescimento da população estrangeira, com um aumento de 12,2% face a 2019, representando 662.095 pessoas de origem externa, sendo que as nacionalidades com maior predominância são a brasileira (27,8%) e a britânica (7%). A população estrangeira mantém a sua concentração geográfica pelos distritos de Lisboa (43,1%), Faro (15,6%), Setúbal (9,2%) e Porto (7,6%). E no seu global representa população potencialmente ativa (76,4%) (Reis et al., 2021).

Num contexto de pandemia COVID-19 presenciou-se uma desaceleração do aumento da população estrangeira residente em Portugal, tal como aconteceu no ano de 2020. Contudo, verificou-se um crescimento de 310.156 indivíduos com estas características, entre 2015 e 2021 (Estrela et al., 2022). Desta forma, em 2021, foi apresentado um crescimento pelo sexto ano

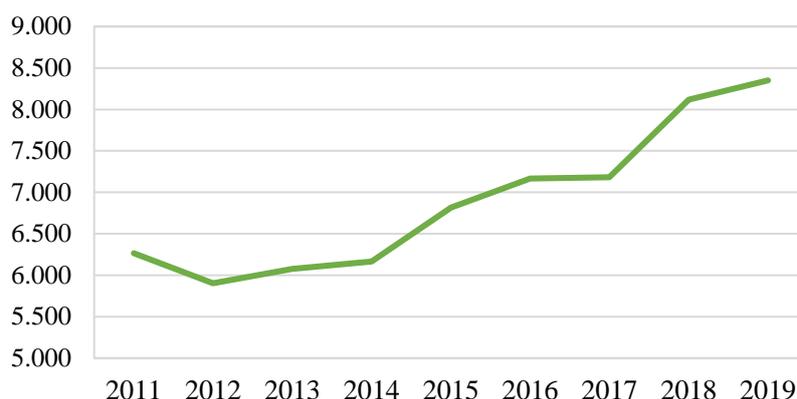
consecutivo, totalizando nesse ano 698.887 cidadãos estrangeiros titulares de autorização de residência, um aumento de 5,6% relativamente ao ano anterior, sendo que do total da população estrangeira residente em Portugal a maioria é população potencial ativa (76,4%). As nacionalidades com maior destaque no ano de 2021 continuam a ser a brasileira (29,3%) e a britânica (6,0%). No aspeto da distribuição geográfica dos cidadãos estrangeiros, estes concentram-se principalmente na zona litoral, nos distritos de Lisboa, Faro e Setúbal, representando nestes três distritos 66,8%, 466.779 cidadãos residentes (Estrela et al., 2022).

1.2. Os Empresários Estrangeiros em Portugal

Nas últimas décadas, as iniciativas empresariais por parte de estrangeiros em Portugal têm vindo a aumentar (Oliveira, 2021), sendo que os empresários estrangeiros em 2011 representaram 5,2% do total de empresários em Portugal, enquanto em 2001 representavam 4,2% (Oliveira, 2014).

As taxas de autoemprego imigrante variam de país para país, e Portugal é dos países europeus com taxas de autoemprego imigrante mais elevadas, apresentando taxas mais elevadas que os nativos (Oliveira, 2021). Apesar de a taxa de autoemprego acompanhar a tendência crescente da população estrangeira em Portugal, verificou-se que a sua propensão para se dedicarem ao autoemprego aumentou em 15%, de 2001 a 2011, enquanto a tendência dos nacionais decresceu no mesmo período em 7% (Oliveira, 2014). No período entre 2012 e 2016, constatou-se igualmente um aumento de empregadores estrangeiros no total de empregadores do país, tendo representado um crescimento de 16,2%, contrapondo com a diminuição de empregadores portugueses de 3,7% que decorreu no mesmo período (Oliveira & Gomes, 2018), demonstrado no *Gráfico 1.2*.

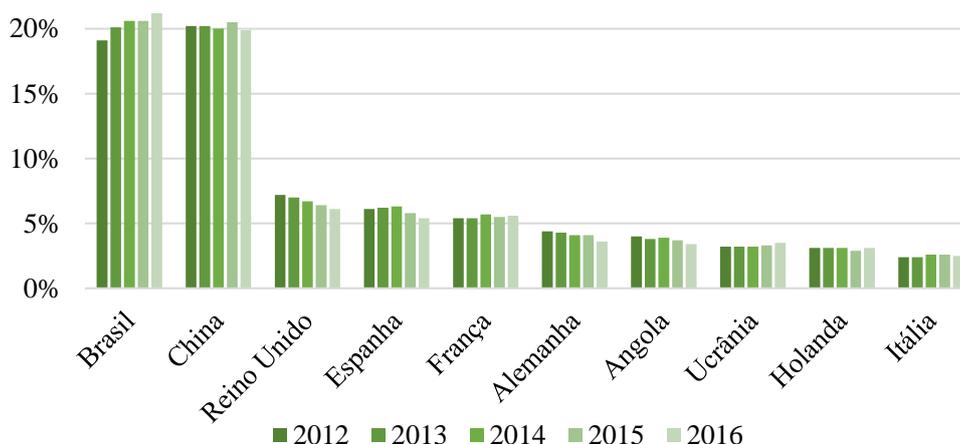
Gráfico 1.2. Evolução de empresários estrangeiros em Portugal (2011-2019)



Fonte: Elaboração própria
(dados provenientes de Oliveira & Gomes, 2016; Oliveira & Gomes, 2018; Oliveira, 2021)

A propensão ao autoemprego difere entre nacionalidades, no caso português, as nacionalidades que se destacam são a brasileira e chinesa que, no seu conjunto, têm representado cerca de 40% do total de empregadores estrangeiros registados nos últimos anos (Oliveira & Gomes, 2018), tal como demonstrado no *Gráfico 1.3*. Em 2019, 26,2% dos empresários estrangeiros eram brasileiros e 16,2% eram chineses, seguindo-se as nacionalidades francesa (6,2%), britânica (5,4%), espanhola (5%) e alemã (3,3%) (Oliveira, 2021).

Gráfico 1.3: Nacionalidades com maior relevância percentual no autoemprego imigrante em Portugal



Fonte: Elaboração própria
(dados provenientes de Oliveira & Gomes, 2016; Oliveira & Gomes 2018)

Nos últimos anos cerca de um terço dos empresários estrangeiros exerceram atividades do comércio a grosso e a retalho, e um quinto estiveram ligados a atividades de alojamento, restauração e similares (Oliveira & Gomes, 2018). Neste âmbito, algumas nacionalidades têm tendência a desempenhar atividades em determinadas áreas, pelo que em 2019, os empresários chineses dedicavam-se maioritariamente às áreas de atividade comércio por grosso e retalho (69,4%) e restauração e similares (23,6%). Nas restantes nacionalidades existe uma maior dispersão pelas diversas atividades empresariais. As nacionalidades que detinham alguma tendência para determinadas atividades apesar de pouco significativa, correspondem à brasileira, nas áreas de atividades de alojamento, restauração e similares (18,1%), na construção (17,8%) e no comércio (14,1%), a britânica, nas atividades de restauração (23,2%) e imobiliárias (19,8%), e a ucraniana, atividades da construção (29%) e de transportes e armazenagem (21%) (Oliveira, 2021).

As tipologias de empresa detidas por imigrantes são maioritariamente as pequenas e médias empresas. Em 2010, cerca de 84,6% dos empregadores imigrantes detinham empresas com menos de 10 trabalhadores, e 0,8% detinham empresas com mais de 100 trabalhadores (Oliveira, 2021). Contudo, verifica-se que o sexo masculino é predominante no autoemprego imigrante português, representando em 2019 cerca de 65% no total de empregadores estrangeiros (Oliveira, 2021).

O autoemprego imigrante tem impacto também no mercado português, na medida em que a iniciativa empresarial por parte de imigrantes melhora a integração da população proveniente de países terceiros, dinamiza a economia portuguesa, cria postos de trabalho, e traz novas ideias e projetos ao mundo empresarial português (Coutinho et al., 2008).

2. Revisão de literatura

2.1. O Empreendedorismo e o Autoemprego

O autoemprego e o empreendedorismo têm sido estudados por diversos autores e têm sido alvo de uma vasta investigação. Contudo, estes dois conceitos confundem-se facilmente na literatura: apesar de poderem ser vistos como sinónimos, existe uma clara distinção entre a definição de cada um.

O autoemprego é definido por duas vertentes, por um lado representa o trabalho realizado por indivíduos de forma autónoma, que exercem uma profissão de forma independente e não incorporando negócios na sua atividade principal, e por outro representa o trabalho executado de forma independente em que os colaboradores laboram legalmente na sua própria organização (Borjas, 1986; Hipple, 2010; Karoly & Zissimopoulos, 2004). De acordo com OECD (2022), o autoemprego corresponde ao trabalho dos empregadores, pessoas que trabalham por conta própria, membros de cooperativas de produtores e familiares não remunerados (estes não obtendo um rendimento legalmente).

O conceito do autoemprego é visto como uma oportunidade e alternativa ao trabalho por conta de outrem, que permite deter flexibilidade horária, e não ter de responder perante ninguém, assumindo a gerência do próprio negócio. Este pode também ser percebido como uma possibilidade de gerar riqueza ou como um risco para o próprio indivíduo (Blanchflower, 2000).

Deste modo, um potencial empresário toma a decisão de agir como tal com base na sua utilidade individual relativamente à sua carreira profissional, isto é, optando por trabalhar de forma independente se a utilidade total que espera obter for superior à utilidade esperada da sua melhor opção num emprego gerido por uma entidade patronal. Neste processo, as pessoas consideram os aspetos negativos, como o risco associado ao negócio e o nível de esforço de trabalho exigido, e positivos, como expectativas de maior remuneração e independência (Douglas & Shepherd, 2002). A decisão de um indivíduo se dedicar ao autoemprego pode ser decorrente de uma estratégia de sobrevivência, para aqueles que não conseguem obter outro meio de rendimento, sendo uma forma de avançar para um trabalho onde possa ter um espírito empreendedor e/ou desejo de gerir a sua própria atividade empresarial (OCDE, 2022).

Em contrapartida, o empreendedorismo traduz-se numa forma de implementação de inovações na economia. Numa primeira abordagem, este conceito abrange a utilização de novos

conhecimentos que ainda não foram aplicados à economia para produção de bens ou serviços, sendo estes produtos novos ou já existentes, reorganizando a atividade empresarial e alterando os procedimentos de produção (Julien, 2017; Schumpeter, 1942). Neste processo de transformação são indispensáveis recursos humanos, capitais e recursos naturais, para tornar o conhecimento num bem negociável (Julien, 2017; Say, 1845).

Uma outra abordagem interliga-se com a presença de oportunidades lucrativas influenciadas por fatores externos, nomeadamente a demografia, mudanças de percepção de valor, e novos conhecimentos, podendo estes ter carácter científico ou não científico (Drucker, 2014; Shane & Venkataraman, 2000). Por sua vez, as oportunidades lucrativas têm impacto nas ações empresariais e na criação de valor, tomando forma através de novos bens, serviços, matérias-primas e métodos de organização (Casson, 1982; Hamilton, 2013). No empreendedorismo existe a necessidade de implementação de processos de investigação e desenvolvimento, avaliação e exploração de oportunidades, e de um conjunto de indivíduos com características específicas para concretizar as tarefas inerentes a todo o procedimento, os empreendedores (Davidsson et. al, 2017; Venkataraman, 1997). A última abordagem, referente à definição de empreendedorismo, inclui o encargo da ponderação de *performance* organizacional, assumindo o risco de incerteza, a coordenação de fatores produtivos, a inovação, a liderança e motivação, e por último as características pessoais e psicológicas do indivíduo (Parker, 2018).

Outra distinção entre autoemprego e empreendedorismo prende-se com o sentido do negócio, isto é, o autoemprego é aplicado quando o objetivo é meramente aumentar o rendimento das famílias, sendo considerado um trabalho autónomo que pode empregar outras pessoas, enquanto o empreendedorismo está focado na criação de novos empreendimentos de longa duração (Baluku, 2017). Apesar disso, os valores e motivações pessoais podem levar a que as intenções de empreender deem origem a decisões de autoemprego (Santos et al., 2021). No entanto, a compreensão da decisão da dedicação de um indivíduo ao autoemprego requer análise de teorias díspares, pelo que o autoemprego é composto por um processo de quatro etapas, a intenção, a entrada, o sucesso e a persistência/compromisso (Khamis et al., 2021).

2.2. As Características Individuais e o Autoemprego em Termos Genéricos

De facto, há inúmeros elementos que influenciam a decisão de um indivíduo imigrante estabelecer um negócio próprio, sendo que os fatores sociodemográficos têm uma elevada relevância. As características individuais são cruciais para definir a propensão de um indivíduo ao autoemprego.

O sexo representa uma característica individual que influencia o autoemprego, sendo que em diversos estudos constata-se uma proporção maior de homens do que mulheres envolvidas em autoemprego, apesar de se verificar uma tendência crescente no papel da mulher nesta matéria (Koellinger et al., 2013). Em 2013, os homens eram 90% mais propensos a ter negócios próprios do que as mulheres, com registos de diferenças mais elevadas na Irlanda, Suécia e Dinamarca e de diferenças menores no Luxemburgo, Suíça e Portugal (Hatfield, 2015). Em Portugal verifica-se uma maior propensão de trabalho por conta própria por parte do sexo masculino relativamente ao sexo feminino, sendo que esta diferença entre sexos é mais acentuada se o indivíduo for imigrante (Malheiros et al., 2010).

As diferenças verificadas na propensão entre homens e mulheres na sua dedicação profissional ao autoemprego podem ser justificadas também pelo facto de as mulheres serem mais adversas ao risco do que os homens e, desta forma, existir uma maior probabilidade de adoção de estratégias mais cautelosas por parte do sexo feminino relativamente ao masculino (Parker, 2018).

Outra característica individual relacionada com o autoemprego pode ser a idade do indivíduo. A maioria das pesquisas científicas apontam que as pessoas mais velhas têm uma maior tendência na participação em negócios próprios do que as mais novas (Simões et al., 2016). Esta ocorrência pode ser justificada por diversos motivos, nomeadamente pelas exigências de capital físico e humano detidas maioritariamente por pessoas mais velhas, pelo que geralmente pessoas com estas características detêm igualmente maior experiência e mais contactos em ambiente de negócios (Parker, 2018). Esta realidade pode também ser aplicada a pessoas que optam por iniciar o autoemprego como forma de dar continuidade à sua atividade laboral após o início do período de reforma (Simões et al., 2016; Zissimopoulos & Karoly, 2007). Contudo, esta correlação positiva entre idade e dedicação do indivíduo ao autoemprego está condicionada por um limiar em que este efeito é revertido, fundamentada pelo facto de as pessoas mais idosas deterem maior aversão ao risco, por mais baixa capacidade física e mental

para exercer a atividade laboral sob *stress* e menor tempo para recuperar o investimento inicial (Lévesque & Minniti, 2006).

O facto de uma pessoa deter um determinado estado civil também influencia a sua propensão ao autoemprego, aumentando a probabilidade de dedicação ao autoemprego se o indivíduo for casado, devido à maior quantidade de capital detido enquanto casal comparativamente a pessoas singulares, o que assegura, por um período mais longo, as adversidades da atividade do negócio perante as dificuldades (Budig, 2006; Parker, 2018). Por outro lado, o cônjuge pode representar um apoio laboral ao negócio, sendo este uma pessoa de confiança e que defende melhor os interesses do próprio negócio (Borjas, 1986), bem como fornece apoio emocional (Bruderl & Preisendorfer, 1998). As pessoas casadas podem igualmente incentivar os seus cônjuges a iniciar um negócio próprio, transmitindo conhecimentos relevantes sobre a propriedade empresarial e condições de negócio de uma forma mais fácil e eficiente (Parker, 2018). Contudo, nas últimas décadas têm-se verificado transformações sociodemográficas, particularmente maior participação feminina no mercado de trabalho, instabilidade conjugal, aumento da coabitação e adiamento na idade do casamento, o que têm alterado a propensão ao autoemprego no que respeita ao estado civil (Ahn, 2010).

Os imigrantes tendem a trazer novas habilidades, talentos e conhecimentos que podem ser novidade para um determinado país anfitrião, destacando os trabalhadores estrangeiros altamente qualificados que impactam positivamente no empreendedorismo regional (Guzman, 2022). Porém, o tema das qualificações académicas tem gerado algumas controvérsias. Por um lado, a formação tem uma relação positiva com autoemprego, pelo facto de as pessoas mais qualificadas serem dotadas de conhecimentos específicos, e desenvolverem capacidades que podem determinar o sucesso numa situação de autoemprego (Kim et al., 2006). Por outro lado, as pessoas com mais habilitações literárias podem ter melhores condições laborais e salariais, ao trabalharem numa vertente por conta de outrem (Van der Sluis et al., 2008), fundamentação suportada por Clark e Drinkwater (2000) que referem que a propensão ao autoemprego diminui relativamente com o aumento das qualificações dos indivíduos.

Nos últimos anos, surgiu em muitos países um interesse crescente em atrair empreendedores imigrantes de alto potencial e *start-ups* (OECD, 2021), verificando-se uma concentração deste tipo de empresas em regiões metropolitanas, por representarem um motor de desenvolvimento empresarial pelo que fornecem condições vantajosas, desde infraestruturas, ambientes criativos, que atraem este tipo de empresa (Kazlou & Urban, 2022). Porém, estes

incentivos são de escala muito pequena e mostram apenas impacto de curto prazo, pelo que os empreendedores imigrantes saem após o período inicial abrangido pelo programa, resultando no encerramento dos negócios estabelecidos (OECD, 2021). Desta forma, torna-se necessário o desenvolvimento de políticas que promovam o autoemprego imigrante com níveis mais altos de capital humano e social, na medida em que esses indivíduos detêm potencial de aumentar a base nacional de habilidades e conhecimentos necessários para maximizar o crescimento, que por sua vez são benéficos para o sector empresarial (Urban et al., 2022).

Noutra perspetiva, os imigrantes com habilitações académicas mais elevadas enfrentam dificuldades no acesso a empregos qualificados devido à discriminação e o autoemprego é uma forma de melhorar o seu *status* profissional, pelo que se verifica um efeito positivo da educação no autoemprego no caso específico dos imigrantes, o que já não se constata na população nacional (Cueto & Álvarez, 2015).

Para além das características evidenciadas anteriormente, existem outras que foram mencionadas por outros autores, nomeadamente o facto de ter filhos, o histórico familiar de autoemprego, as características de personalidade do indivíduo, acesso a recursos financeiros, as condições de saúde e a experiência profissional (Parker, 2018; Simões et al., 2016).

Malheiros et al. (2010), refere que o autoemprego é igualmente influenciado pelo enquadramento político e institucional de um país, e este pode representar oportunidades ou limitações no decorrer de políticas públicas e de mercado.

2.3. O Autoemprego Imigrante e o Autoemprego Étnico

Dentro do conceito de autoemprego existem duas subcategorias relevantes para o aprofundamento deste estudo, que correspondem ao autoemprego imigrante e o autoemprego étnico.

Um grupo étnico corresponde a um segmento da sociedade, em que membros têm uma origem e uma cultura comum, e partilham atividades provenientes dessas culturas e origens. Já o conceito de imigrante inclui apenas indivíduos que imigraram nas últimas décadas e exclui membros de grupos étnicos minoritários que têm vivido num determinado país há vários séculos. Assim, a etnia representa uma definição mais abrangente, pelo que inclui os grupos de imigrantes e minorias étnicas (Volery, 2007).

Noutra perspetiva, Malheiros et al. (2010) referem que os negócios próprios com caraterização étnica estão fortemente associados à componente étnica de uma atividade, isto é, uma estreita e dependente ligação cultural, nomeadamente uma representação significativa de fornecedores e clientes e a preferência por colaboradores do mesmo grupo étnico, sendo que representa o funcionamento num mercado relativamente fechado por motivos étnicos. Também Waldinger et al. (1990) referem que o autoemprego étnico equivale ao conjunto de conexões e padrões regulares de interação entre pessoas que partilham experiências nacionais comuns ou de migração. Estes padrões regulares de interação são baseados no grupo étnico, na sua origem e partilha de uma cultura comum, como um segmento da sociedade.

Já o autoemprego imigrante está geralmente relacionado com as atividades independentes exercidas por imigrantes, não se centrando apenas em caraterísticas culturais do negócio, mas nas caraterísticas individuais do agente e a estrutura de oportunidade subjacente (Malheiros et al, 2010). O autoemprego imigrante é definido apenas pelos indivíduos imigrantes de primeira geração, isto é, as pessoas que se mudaram de um país para outro, não pertencendo necessariamente a um grupo étnico minoritário. Assim, existe a possibilidade de ser imigrante e não pertencer a um grupo étnico minoritário, e também é possível pertencer a um grupo étnico minoritário, mas não ser imigrante (OECD, 2021).

O autoemprego imigrante proporciona vantagens para o país recetor, através do conhecimento que os empresários detêm do seu país de origem e das suas necessidades (Peixoto, 2008). Os imigrantes detêm conhecimentos de religião, política, cultura de negócios, língua do seu país de origem, como também detêm a sua própria rede de contactos, que permitem que estes se situem numa posição favorável ao comércio com o seu país de origem (Hatzigeorgiou, 2010).

2.4. As Determinantes ao Autoemprego Imigrante

Há inúmeros elementos que influenciam a decisão de um indivíduo imigrante estabelecer um negócio próprio. Os imigrantes podem ter mais propensão em desenvolver atividades empresariais devido a características individuais desses grupos imigrantes e a condições económicas, sociais, políticas e institucionais do país de acolhimento (Oliveira, 2019).

Oliveira (2010) evidencia três categorias fundamentais à propensão ao autoemprego imigrante. A primeira representa os recursos pessoais dos imigrantes, nomeadamente os recursos financeiros, a formação e as habilitações académicas, a idade, o estado legal do indivíduo no país recetor, conhecimento de línguas relevantes, experiência laboral e de empreendedorismo. A segunda categoria traduz-se na importância da comunidade étnica e recursos associados a esta, que podem tomar forma através de apoio financeiro, consumidores, fornecedores, mão-de-obra, e aconselhamento adequado baseado na experiência em empreender da comunidade étnica. Por último, a terceira categoria engloba a estrutura de oportunidades do país recetor, que está intrinsecamente associada às condições do mercado de trabalho, políticas e de regulamentação.

Desta forma, as determinantes ao autoemprego imigrante foram segmentadas nas categorias definidas por Oliveira (2010): (2.4.1.) recursos pessoais; (2.4.2.) comunidade étnica; e (2.4.3.) estrutura de oportunidades.

2.4.1. Recursos Pessoais

Os empreendedores imigrantes são influenciados pelas características étnicas das suas famílias, as perceções em relação ao país de nascimento, e as diferenças culturais entre o seu país de operação e a sua origem étnica (Dabić et al., 2020). Destacam-se como determinantes fulcrais, o histórico familiar, o estado ocupacional dos indivíduos, as barreiras financeiras, a natureza do trabalho, a discriminação étnica, e as competências individuais, as de gestão e outras específicas ao negócio (Fertala, 2005). Assim, os indivíduos imigrantes podem deter uma propensão superior a dedicarem-se ao estabelecimento de negócios próprios justificada pela educação e formação adquirida relativa ao empreendedorismo, oportunidades de negócio presentes no mercado, e atitudes mais positivas referentes ao autoemprego (Levie, 2007). Importa também referir que as determinantes individuais, nomeadamente os desejos, as crenças e oportunidades que são relevantes para a perceção de alcançar objetivos económicos, são essenciais para analisar a probabilidade de imigrantes serem empresários (Storti, 2014).

Por vezes, o autoemprego baseia-se numa estratégia de integração laboral da população imigrante no país recetor, para ultrapassar a situação de desemprego, tornar rentáveis os recursos e competências que detêm, expandir os seus rendimentos e gerar postos de trabalho, seja na comunidade em que estão inseridos seja para os seus familiares (Coutinho et al., 2008).

Na perspectiva de Pamplona (2001), é considerada a existência de duas hipóteses para explicar os diferentes padrões de autoemprego entre grupos raciais e étnicos, a teoria negativa e a positiva. Por um lado, na teoria positiva representa as vantagens que promovem o autoemprego em determinados grupos, relacionadas com competências, experiência, cultura, e relações entre grupos étnicos. Por outro lado, a teoria negativa descreve as desvantagens das minorias que, por estarem limitadas relativamente a oportunidades laborais devido à dificuldade da língua do país recetor, pobreza, desemprego e discriminação no mercado de trabalho, são forçadas a dedicarem-se ao autoemprego.

Contudo, as experiências negativas passadas de um indivíduo associadas ao autoemprego num país diferente de origem, afetam a propensão de assumir novamente riscos, devido à sua perceção de um nível alto de risco e de pouca viabilidade em estabelecer negócios (Dabić et al., 2020).

2.4.1.1. A Nacionalidade

Alguns estudos apontam que o facto de ser imigrante é vantajoso na propensão ao autoemprego (Borjas, 1986; Fairchild, 2009; Kerr, 2022).

Há evidência de que o facto de um indivíduo ter nascido no estrangeiro aumenta a probabilidade de transição para o autoemprego em 26%, nos Estados Unidos da América (Fairchild, 2009). Os empresários imigrantes representaram, em 2014, quase 30% de todos os novos empresários, o que representa um aumento substancial desde 1996, ano em que representava 13,3% (Fairlie et al., 2015). Já no Reino Unido, os indivíduos nascidos no exterior são 1,6% mais propensos a trabalhar por conta própria do que os nascidos no próprio país (Kone et al., 2021). No entanto, os indivíduos de origem estrangeira são heterogéneos entre si (Levie, 2007).

A taxa de propensão referente ao autoemprego para um indivíduo imigrante difere entre as distintas nacionalidades (Lunn & Steen, 2005). Em 1990, foi registada uma taxa de autoemprego para russos de 24,9%, para coreanos 24,14%, para taiwaneses 18,7% e para belgas 10,5% (Lunn & Steen, 2005). Em 2016, as nacionalidades com maior representatividade empresarial eram os coreanos, os japoneses, os chineses e os cubanos (Portes & Martinez, 2020).

Os dados sobre a origem étnica ou imigratória do indivíduo não são recolhidos em muitos países da União Europeia devido a políticas antidiscriminação. Portanto, há muito menos dados disponíveis sobre o autoemprego imigrante do que nos grupos genéricos populacionais (OECD, 2021).

2.4.1.2. A Discriminação

A intenção de criar um negócio por parte de imigrantes pode ter origem na discriminação vivenciada pelo indivíduo, tanto na sociedade como no mercado de trabalho. Os imigrantes continuam a ter uma perspectiva de que o autoemprego é uma solução para as poucas oportunidades que têm no mercado de trabalho (Bouk et al., 2022). Assim, o fenómeno do autoemprego imigrante pode estar relacionado com fatores como a discriminação a nível laboral, diferenças de riqueza e acesso ao capital (Clark, et al, 2017).

Um indivíduo após migrar para outro país, pode estar sujeito a discriminação no país de receção, estando sujeito a inúmeros obstáculos derivados a essa circunstância (Azoulay et al., 2022). A discriminação consiste na distinção, exclusão ou preferência assente em características específicas, tais como a raça, sexo, religião, opinião política, nacionalidade ou origem social. Este ato tem a capacidade de limitar oportunidades e/ou diferenciar a forma de tratamento das pessoas (Góis et al., 2018).

Neste contexto, a discriminação pode tomar três formas, a discriminação por parte da entidade patronal empregadora, discriminação por parte dos clientes e a discriminação no acesso a financiamento. A vertente da discriminação no mercado de trabalho implica a existência de menores oportunidades de emprego para os imigrantes e barreiras para trabalhos com rendimentos médio e alto, existindo, assim, um incentivo à transição para o autoemprego (Clark & Drinkwater, 2000). Este tipo de discriminação contrapõe-se com os outros dois tipos que têm uma influência negativa no autoemprego. A discriminação no acesso a financiamento pode traduzir-se na limitação de empréstimos a pequenas quantias com taxas de juro mais elevadas pelo facto de um indivíduo ser imigrante ou até mesmo serem recusados (Blanchflower et al., 2003). Já a discriminação na vertente do cliente, consiste na preferência, por parte de consumidores com maior representatividade, por bens ou serviços provenientes de grupos majoritários, podendo optar por um produto ou serviço de um grupo minoritário se o preço for suficientemente baixo relativamente aos estabelecidos por vendedores majoritários.

Nesta perspectiva, os negócios de grupos minoritários têm uma probabilidade superior de obterem menores rendimentos comparativamente aos grupos majoritários (Borjas & Bronars, 1989).

Apesar de o fenómeno da discriminação com origem em diferentes fatores de ordem económica, política, social e cultural ser bastante debatido nas diversas vertentes, este continua na maioria dos casos a ser considerado inexistente ou irrelevante por parte de pessoas e entidades impactantes na sociedade (Góis et al., 2018).

2.4.2. Comunidade Étnica

2.4.2.1. As Redes Informais

Os empresários imigrantes enfrentam inúmeras barreiras no país de acolhimento, formais e informais, e torna-se imperativo a adaptação às circunstâncias do novo ambiente (Banović et al., 2022). Os imigrantes têm frequentemente um baixo nível de conhecimento do apoio disponível, e consideram-no inacessível ou insuficientemente adaptado às suas necessidades (OECD, 2021). Desta forma, as redes informais surgem como um mecanismo essencial para ultrapassar essas barreiras, servindo como substitutas às instituições formais ausentes ou pouco eficientes no apoio aos estrangeiros empreendedores (Banović et al., 2022), na medida em que o autoemprego imigrante é influenciado pela inserção dos empresários nos contextos em que desenvolvem negócios e na sua esfera social (Barberis & Solano, 2018).

As redes informais correspondem a pessoas pertencentes a comunidades étnicas e a redes de estrangeiros originários de diversos países que influenciam a atividade do negócio, e são consideradas mais ativas e mais confiáveis para o estabelecimento e desenvolvimento de negócios do que as instituições formais (Banović et al., 2022). Estas redes sociais podem potenciar a iniciativa empresarial do imigrante e determinar direta ou indiretamente o sucesso da atividade empresarial, pelo que o autoemprego corresponde a uma atividade criada e desenvolvida socialmente, onde os indivíduos destacam-se em função das suas relações sociais (Oliveira, 2019). Efetivamente verifica-se que as empresas constituídas por imigrantes pertencentes a redes informais eram mais bem-sucedidas e detinham mais retornos financeiros do que as empresas dos não pertencentes. Essas diferenças são justificadas pelas relações fortes que compõem as redes coétnicas de imigrantes dentro das redes informais. Estas conexões são

caracterizadas por serem mais eficazes na transferência de conhecimento e informação que é trazida para a comunidade por parte dos novos imigrantes (Kerr & Mandorff, 2015). No entanto, apesar de alguns empresários imigrantes adotarem estratégias comunitárias aos seus negócios com recursos oriundos das suas redes de contactos privilegiadas, estas muitas das vezes não são definidas de acordo com as oportunidades e constrangimentos estruturais existentes, pelo que representam uma repetição de decisões empresariais que resultaram em sucesso de outros empresários imigrantes (Oliveira, 2019).

2.4.3. Estrutura de Oportunidades

Os empresários imigrantes, na maioria das situações, enfrentam mais barreiras ao autoemprego do que os não imigrantes, estando estes relacionados com as barreiras linguísticas, adaptação a uma nova cultura e um novo ambiente institucional, falta de histórico de crédito, estatuto legal e elegibilidade para trabalhar (OECD, 2021). Os imigrantes deparam-se também com obstáculos sociais e a nível profissional, nomeadamente o número reduzido de ofertas de emprego, precariedade das condições de trabalho, reconhecimento das suas qualificações académicas obtidas nos países de origem, dificuldade na adaptação à língua e hábitos culturais, redes de contactos fracas (Góis et al., 2018).

As iniciativas empresariais dependem de: (i) encorajamento à ação empresarial, tais como estímulos ao desenvolvimento empresarial, implementação de políticas públicas locais específica, definição de programas de incentivo à criação do próprio emprego de iniciativa privada, pública ou da sociedade civil; e/ou (ii) dificuldades de acesso ao mercado de trabalho (Oliveira, 2008a).

As barreiras relativas às regras de funcionamento do mercado, a burocracia e as formalidades podem se mostrar bastante complexas para os imigrantes (Oliveira, 2019). Esses obstáculos compõem as barreiras típicas à criação de negócios, mas variam entre a população imigrante, pelo que alguns detêm elevados níveis de capital humano, social e financeiro, e outros não possuem tais recursos (OECD, 2021).

Assim, o crescimento económico de uma região não é apenas determinado pela criação de uma grande quantidade de novas empresas, mas também depende da capacidade empresarial de descobrir novos mercados e produzir novas inovações, sendo que o capital é um componente

vital para o sucesso de um novo empreendimento (Guzman, 2022). Porém, a maioria dos imigrantes detêm menos recursos financeiros iniciais e menores capitais sociais (Azoulay et al., 2022), e o acesso a financiamento para empresários imigrantes é reduzido e insuficiente para a procura (OECD, 2021). Geralmente são oferecidos pequenos montantes monetários com o propósito de apoiar instituições financeiras na concessão de pequenos empréstimos a empresas de propriedade de imigrantes, que por sua vez apoiam um pequeno número de empresários (OECD, 2021). Segundo Aldén, et al. (2022), os imigrantes em autoemprego enfrentam mais problemas que os empresários nacionais, ganham menos e trabalham mais.

2.4.3.1. Políticas em Portugal

Em Portugal, as políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo e as medidas de atração de investimento estrangeiro têm sido fundamentais para a dinamização da economia portuguesa, aumentando as taxas de empreendedorismo por parte de imigrantes e a emissão de títulos para empreendedores e investidores estrangeiros nos últimos anos (Oliveira, 2019).

A legislação portuguesa teve maior relevância na matéria de empreendedorismo imigrante a partir de 2007, que passou de um contexto regulador que inibia o empreendedorismo imigrante durante décadas para um desenvolvimento legislativo que procura estimular e atrair o empreendedorismo e o investimento imigrante (Oliveira e Fonseca, 2013). Com a introdução do artigo 60º da Lei n.º 23/2007 e do artigo 31º do Decreto-Regulamentar n.º 84/2007, de 5 de novembro, foram definidas as condições de acesso ao “visto de residência” para trabalhadores independentes e imigrantes empreendedores, que consistia na apresentação de um contrato ou uma proposta de contrato de prestação de serviços no âmbito de profissões liberais e de provas de habilitação a exercer essa mesma atividade independente e reconhecimento das suas qualificações em Portugal caso fosse necessário (Oliveira e Fonseca, 2013). Já no caso dos imigrantes empreendedores que pretendem investir em Portugal, estes deveriam provar as operações de investimento no país ou comprovar de que dispõem de meios financeiros e que têm a intenção de proceder a uma operação de investimento, de acordo com o artigo 31º do Decreto-Regulamentar 84/2007 (Oliveira, 2019).

Entre 2017 e 2019, com a publicação da Lei n.º 59/2017, de 31 de julho, Lei n.º 102/2017, de 28 de agosto, e da Lei n.º 28/2019, de 29 de março, surgiram alterações à Lei do regime jurídico da entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros de Portugal de 2007. Estas

alterações consistem na autorização de residência para exercício de atividade profissional independente ou para imigrantes empreendedores. Assim, existe a possibilidade de os imigrantes criarem o seu próprio emprego para adquirir uma autorização de residência no país e, desta forma, conter eventuais situações de participação na economia informal de imigrantes empreendedores com descontos para a segurança social, sendo que estas medidas impactaram positivamente no fluxo de entrada deste perfil de imigrantes em Portugal nos últimos anos (Oliveira, 2019).

2.5. O Autoemprego Imigrante por Localização

Nos Estados Unidos da América, os imigrantes têm taxas de autoemprego mais altas do que as populações nativas. Esta situação justifica-se pelo facto de os indivíduos oriundos de outros países deterem vantagens decorrentes das perceções de dois ambientes empresariais diferentes, a do seu país de origem e a do país para o qual se deslocou. Desta forma, os empresários imigrantes têm estratégias diferenciadas, alcançam oportunidades que são sustentáveis e obtêm um melhor desempenho (Duan et al., 2021).

Na União Europeia, os imigrantes têm uma propensão ligeiramente menor de trabalhar por conta própria do que as pessoas nascidas no seu país de residência. Em 2020, enquanto 12% dos imigrantes trabalhavam por conta própria, 14% dos não imigrantes detinham negócios próprios (OECD, 2021). Porém, o trabalho por conta própria por parte de indivíduos nascidos no estrangeiro, no período entre 2011 e 2020, aumentou substancialmente (27,3%), enquanto a tendência para os nativos decresceu (7,3%). Este aumento foi verificado tanto em pessoas que nasceram na União Europeia (64,5%), como fora da União Europeia (62,7%) (Oliveira, 2021).

Em Espanha a tendência do autoemprego imigrante também acompanha a da União Europeia, pelo que a taxa de autoemprego dos imigrantes é inferior relativamente aos nacionais (Cueto & Álvarez, 2015).

Em Portugal nem todas as localizações atraem e estimulam o desenvolvimento de iniciativas empresariais por parte de imigrantes, e estes não tendem a destacar-se nos concelhos com maior concentração residencial das comunidades de origem (Oliveira, 2008a). Contudo, os empresários imigrantes tendem a investir com preferência nas áreas urbanas, onde têm maior facilidade no acesso a infraestruturas ou condições materiais importantes para a iniciativa

empresarial, e onde predomina a procura e oferta de sectores em que se inserem (Oliveira, 2008a).

2.6. A Caracterização das Empresas de Imigrantes

As empresas criadas por imigrantes são maioritariamente de menor dimensão e estas permanecem relativamente pequenas, pelo que os indivíduos com proveniência estrangeira têm menos eficácia em matéria de negócios, devido às suas oportunidades serem limitadas por obstáculos, nomeadamente a discriminação (Azoulay et al., 2022).

A concentração de empresas de imigrantes é na sua maioria em áreas de residência das próprias populações imigrantes, caracterizando-se maioritariamente por serem zonas mais urbanas e com padrões de consumo mais variados, e locais onde há maior predominância de pequenas e médias empresas, e onde existe maior impacto de empresários estrangeiros na estrutura empresarial (Oliveira, 2019). Enquanto os indivíduos nacionais têm uma relação mais forte com os clientes e detêm uma rede de contactos com ex-empregadores e colegas para suporte ao seu negócio, os indivíduos provenientes do estrangeiro têm menos relação pessoal com os seus clientes e dependem frequentemente do apoio da sua família para as suas atividades associadas ao autoemprego (Aldén, et al., 2022).

As empresas pertencentes a imigrantes desempenham predominantemente atividades no sector dos serviços, áreas de atividade que tendem a ter menor capital financeiro e conseqüentemente maior probabilidade de sobrevivência perante uma crise (Kerr, 2022).

Em 2020, as áreas de atividade em que os imigrantes se destacaram mais relativamente aos indivíduos nascidos no país de residência foram o comércio grossista e retalhista (19% *versus* 15%). Já a taxa de autoemprego para indivíduos imigrantes foi inferior relativamente aos nascidos no país de residência em atividades profissionais, científicas e técnicas (27% *versus* 32%), construção (18% *versus* 24%), e na indústria transformadora (3% *versus* 6%) (OECD, 2021). No entanto, as empresas de imigrantes são mais focadas na exportação e outras atividades internacionais, sendo que esta situação se deve aos diversos conhecimentos e experiências detidos pelos imigrantes relativos ao seu país de origem, nomeadamente a língua e cultura, que por sua vez se reflete na sua receita comercial que na sua maioria é derivada às transações internacionais (Kerr, 2022).

As estratégias adotadas nas empresas por imigrantes podem representar quatro tipologias: (i) estratégias comunitárias, que são assentes em recursos étnicos ou familiares obtidos junto de redes sociais inerentes ao grupo de referência do indivíduo; (ii) estratégias pessoais, que estão relacionadas com os recursos individuais e características pessoais do indivíduo; (iii) estratégias de suporte institucional, que são baseadas nos incentivos institucionais no país de acolhimento, em que os indivíduos vão alterando o curso das suas táticas empresariais dependendo dos recursos e oportunidades a cada momento; (iv) estratégias mistas, que são definidas quando não é fácil identificar a fonte principal de oportunidades e recursos imputados à atividade empresarial (Oliveira, 2019).

2.7. O Impacto do Autoemprego Imigrante

As empresas constituídas por indivíduos de origem estrangeira podem impactar o volume de negócios, a revitalização de determinados setores ou áreas, e o número de empregos disponíveis (Barberis & Solano, 2018). Em 2020, cerca de um terço dos imigrantes em autoemprego detinha colaboradores, semelhante à taxa verificada nos não imigrantes na União Europeia (OECD, 2021). Nesta matéria, os empregadores imigrantes mais jovens têm ganho bastante importância, pelo que são responsáveis por muitas das novas contratações, criando cerca de um quarto dos empregos (Kerr, 2022). Por outro lado, os indivíduos imigrantes que têm a mesma língua materna do país de destino são significativamente menos propensos a empregar outros colaboradores em comparação com outros empresários imigrantes (Clark, et al, 2017).

A criação de empregos no mercado de trabalho é benéfica para a economia em si, contudo os postos de trabalho criados não são geralmente bem remunerados (Azoulay et al., 2022).

O autoemprego imigrante tem um impacto positivo em termos de crescimento económico (Urban et al., 2022), sendo que, atualmente o dinamismo do mercado depende mais de empresas de imigrantes do que há pouco mais de duas décadas (Kerr, 2022). Contudo os governos não têm dado muito apoio neste sentido, pelo que na União Europeia, o apoio mais comum oferecido aos empresários imigrantes é a formação em empreendedorismo, que geralmente fornece competências de negócio, informação sobre o acesso a recursos disponíveis no mercado e como cumprir dos requisitos legais e administrativos que normalmente são diferentes do seu país de origem (OECD, 2021).

Apesar dos impactos positivos descritos do autoemprego imigrante, este pode representar muitas vezes uma forma de trabalho precário e não o autoemprego genuíno, e por isso, torna-se imperativo a aplicação de políticas com ênfase nesta matéria para evitar a sobre-exploração laboral (Barberis & Solano, 2018).

2.8. A Pandemia COVID-19 e o Autoemprego Imigrante

A pandemia do COVID-19 impactou gravemente a saúde da população mundial, tendo sido imperativo a aplicação de medidas de contenção por parte dos governos. Estas medidas implicaram a redução de contacto direto entre pessoas, e impactaram negativamente na economia global, agravando as desigualdades estruturais existentes (OECD, 2021). Assim, o futuro dos empresários imigrantes ficou comprometido (Urban et al., 2022), devido ao facto de os efeitos negativos de curto prazo decorrentes da pandemia de COVID-19 terem afetado as perspetivas de negócios futuros, existindo evidência de que há fragilidade financeira. Contudo, os empreendedores imigrantes foram desproporcionalmente impactados pela pandemia, em grande parte devido aos efeitos do setor em que atuam (OECD, 2021). Desta forma, o governo deve desenvolver uma variedade específica de incentivos para negócios de imigrantes que melhorem suas qualidades de capital humano e social, reduzindo suas vulnerabilidades devido aos efeitos duradouros do COVID-19 (Urban et al., 2022), sendo que os sectores mais afetados foram o turismo, os culturais e criativos (OECD, 2021).

Nas últimas décadas, os empresários imigrantes têm ganho uma grande importância no crescimento económico, como fundadores de empresas e como criadores de empregos, pelo que estes indivíduos de origem estrangeira terão um papel relevante na recuperação económica da crise provocada pelo COVID-19 (Kerr, 2022).

3. Metodologia e Resultados

Os imigrantes que criam os seus negócios em Portugal contribuem para a inovação, competitividade, criação de empregos, desenvolvimento local e regional, e combate ao envelhecimento, implementando conhecimentos adquiridos no exterior (Marques, et al., 2022).

O objetivo do presente estudo empírico é a definição e análise de perfis, baseados nas características pessoais dos indivíduos imigrantes em Portugal, e a sua propensão ao autoemprego. Neste contexto, existem três possíveis fontes de dados com maior fiabilidade provenientes do Instituto Nacional de Estatística, os Recenseamentos Gerais da População (Censos), os Quadros de Pessoal e o Inquérito ao Emprego.

Os Censos é a fonte de informação mais completa e com maior fiabilidade com uma caracterização detalhada do universo, contudo apenas é possível estudar estes dados de 10 em 10 anos (Oliveira, 2014).

Os Quadros de Pessoal apresentam algumas limitações relativamente a fontes estatísticas nacionais para a caracterização de estrangeiros e empresários estrangeiros em Portugal, nomeadamente nacionalidades e os trabalhadores por conta própria não estão devidamente representados (Oliveira, 2020).

Neste caso específico, o Inquérito ao Emprego é a opção mais viável tendo em conta que temos uma amostra que representa melhor a população do que os Quadros de Pessoal e com uma periodicidade que consegue analisar diferentes ciclos sociais, económicos, políticos e/ou outros.

O Inquérito ao Emprego trata-se de um questionário contínuo com periodicidade trimestral que teve início em 1972, e surgiu da necessidade de caracterizar a população face ao mercado de trabalho, destinado a pessoas com residência principal em território português. Este inquérito permite entender a situação socioeconómica dos indivíduos da amostra numa determinada semana de referência, em que as pessoas são entrevistadas presencialmente ou por telefone. A amostra é selecionada sistematicamente com a probabilidade proporcional ao número de alojamentos de residência principal, e cada amostra é subdividida em seis subamostras que obedecem a um esquema de rotação na transição de um trimestre para o outro, sendo que, em cada trimestre, a subamostra mais antiga é substituída por outra, e cada conjunto de alojamentos permanece na amostra durante seis trimestres consecutivos (INE, 2022, abril).

3.1. Caracterização da Amostra

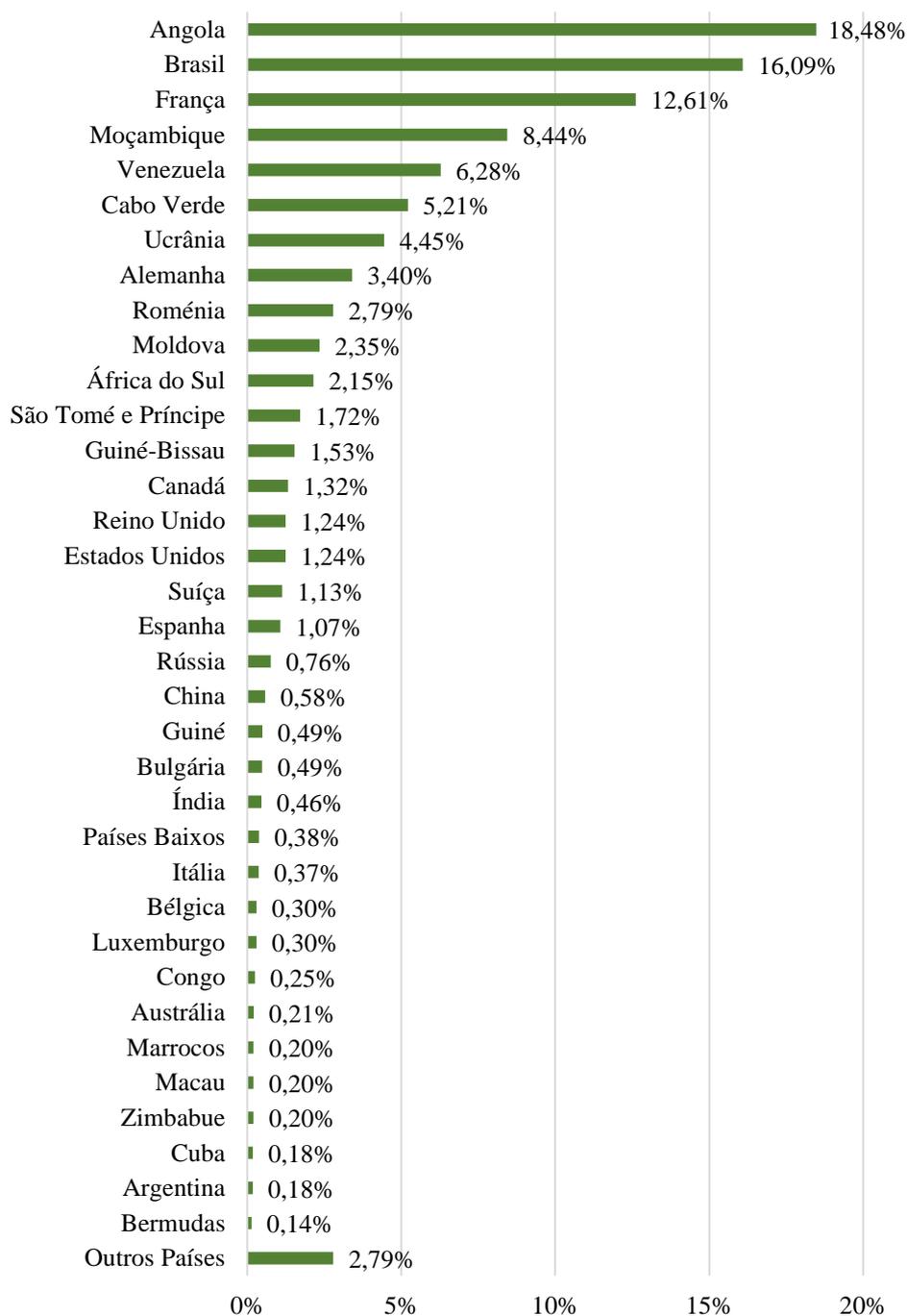
Obteve-se uma amostra de 15.860 pessoas imigrantes em Portugal, das quais 83,46% são trabalhadores por conta de outrem, 0,81% trabalham para uma pessoa de família sem ser pagos, e 15,73% são trabalhadores por conta própria, sendo 10,81% em regime de autoemprego e 4,92% como empregadores.

Os indivíduos de proveniência estrangeira que estavam empregados no período de 2011 a 2020, residem maioritariamente na Área Metropolitana de Lisboa (30,45%), seguindo-se as zonas do país, o Algarve (20,07%), o Norte (17,25%), o Centro (14,45%), a Região Autónoma da Madeira (7,82%), Alentejo (6,47%) e a Região Autónoma dos Açores (3,49%). Deste total de indivíduos, 53,28% são do sexo masculino e 46,72% do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 15 e os 89 anos.

A faixa etária predominante da amostra corresponde à dos 36 aos 45 anos (36,13%), sucedendo os indivíduos com 46 a 55 anos (24,79%), os de 26 a 35 anos (19,76%), os com idades até aos 25 anos (8,46%), os de 56 a 65 anos (9,36%) e os indivíduos sénior (1,50%), estes com mais de 66 anos. Dos inquiridos 53,15% são casados, 34,92% são solteiros, 10,40% são divorciados ou separados judicialmente de pessoas e bens, e 1,53% são viúvos.

Os inquiridos imigrantes foram observados em 132 países diferentes, com uma tendência bastante dispersa, sendo que os indivíduos são oriundos principalmente dos continentes África (39,19%), Europa (31,78%) e América (26,09%), deste modo os restantes continentes tiveram pouca representatividade, a Ásia apenas com 2,72% e Oceânia com 0,21%. Os indivíduos da amostra eram maioritariamente provenientes dos países, Angola (18,48%), Brasil (16,09%), França (12,61%), Moçambique (8,44%), Venezuela (6,28%), Cabo Verde (5,21%), Ucrânia (4,45%), conforme demonstrado no *Gráfico 3.1*.

Gráfico 3.1: Distribuição da Amostra por Países de Origem

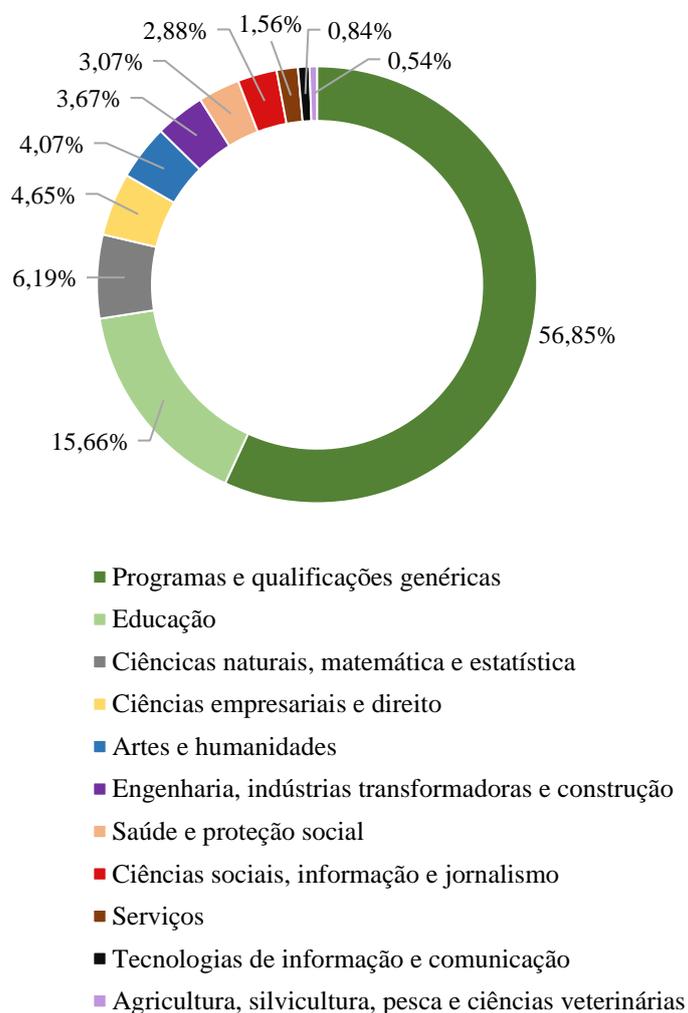


Fonte: Elaboração própria
(dados provenientes de microdados do Inquérito ao Emprego, 2011-2020)

As línguas maternas com maior representatividade na amostra são o português (51,76%), o francês (15,26%), o espanhol (8,25%) e o inglês (6,77%).

As pessoas pertencentes à amostra têm taxas semelhantes relativamente ao ensino básico (34,93%) e ensino secundário (34,91%), enquanto 28,94% detêm o ensino superior, apenas 1,22% não possuem qualquer qualificação académica, de acordo com o *Gráfico 3.2*. Neste contexto, verifica-se que as áreas de educação predominantes são as qualificações genéricas (56,85%), educação (15,66%) e ciências naturais, matemática e estatística (6,19%).

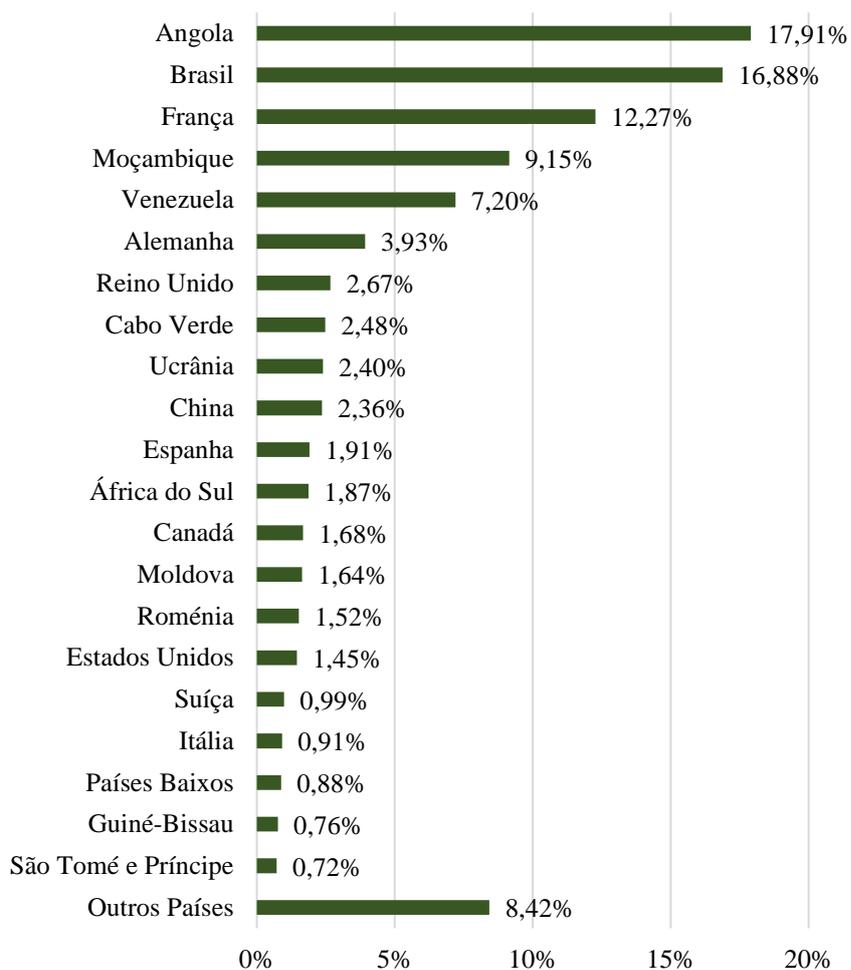
Gráfico 3.2: Áreas de Educação da Amostra



Fonte: Elaboração própria
(dados provenientes de microdados do Inquérito ao Emprego, 2011-2020)

Na parte específica da amostra referente a indivíduos que se dedicam ao autoemprego, que representa 15,73% da amostra total e corresponde a 2.624 indivíduos imigrantes, a maioria reside nas regiões Área Metropolitana de Lisboa (24,92%), Algarve (23,17%), Norte (19,25%) e Centro (15,32%). O sexo masculino é representado por 56,71% e o sexo feminino por 43,29%. Os estados civis com maior destaque neste segmento da amostra correspondem aos casados (59,76%) e aos solteiros (26,71%), sendo que os divorciados ou separados judicialmente de pessoas e bens, e os viúvos são os estados civis com menos pessoas que trabalham por conta própria com taxas de 11,47% e 2,06% respetivamente. A maioria desta fração da amostra detém idades compreendidas entre 36 e 45 anos (36,93%), entre 46 e 55 anos (28,85%), e entre 26 e 35 anos (13,26%). As pessoas com idades entre 56 e 65 anos detêm uma representatividade de 12,08%, as com idades inferiores a 26 anos e as com mais de 65 anos apresentam uma taxa de 3,89% e 4,99% respetivamente. Já no aspeto associado aos países de origem dos indivíduos da amostra que se dedicam ao autoemprego, estes são oriundos maioritariamente de Angola (17,91%), Brasil (16,88%), França (12,27%), Moçambique (9,15%), Venezuela (7,20%), Alemanha (3,93%), Reino Unido (2,67%), Cabo Verde (2,48%), Ucrânia (2,40%) e China (2,36%), de acordo com o *Gráfico 3.3*.

Gráfico 3.3: Países de Origem da Amostra de Indivíduos em Autoemprego



Fonte: Elaboração própria
(dados provenientes de microdados do Inquérito ao Emprego, 2011-2020)

3.2. Abordagem Metodológica

O objetivo deste estudo é definir perfis baseados nas características pessoais e encontrar potenciais relações entre esses perfis de imigrantes e o autoemprego, isto é, verificar se os indivíduos, que possuem determinadas características pessoais, têm maior, menor ou nenhuma propensão a se dedicarem por conta própria. Assim, neste contexto a variável dependente tem uma natureza qualitativa e binária, sendo que esta pode assumir os seguintes resultados possíveis:

$$Y_i = \begin{cases} 1 \\ 0 \end{cases}$$

Desta forma, pretende-se identificar os indivíduos com determinado perfil com maior e menor propensão ao autoemprego, analisar a sua probabilidade de trabalhar por conta própria, e adicionalmente calcular o efeito médio de cada componente dos perfis anteriormente identificados, que detêm uma relação positiva ou negativa com a ocorrência de dedicação ao autoemprego.

Os resultados foram obtidos seguindo a abordagem metodológica definida pelo *Gráfico 3.4*. Inicialmente foi solicitado junto do Instituto Nacional de Estatística, os microdados do Inquérito ao Emprego relativos ao período compreendido entre 2011 e 2020, foi efetuada a preparação de dados, identificação de variáveis potencialmente relevantes para a temática do autoemprego e conseqüentemente configuração das mesmas. Posteriormente foram identificados os perfis baseados nas características pessoais por via das Árvores de Decisão e procedeu-se à estimação de parâmetros de interesse através da Regressão Logística, isto é, verificação de relações entre os perfis e o trabalho por conta própria.

Gráfico 3.4. Organização da Abordagem Metodológica



Fonte: Elaboração Própria

A base de dados fornecida pelo Instituto Nacional de Estatística foi sujeita a algumas validações relativamente às pessoas em duplicado detidas na amostra (distinguidos pela “identificação fixa do indivíduo”), incoerência de respostas, respostas nulas, e ainda foram retirados da amostra os indivíduos que não se aplicavam ao estudo: (i) os que nasceram em Portugal; (ii) os com carreira militar, os estudantes, desempregados, domésticos, reformados e outros inativos; e (iii) os que não trabalham em Portugal. Desta forma, foram mantidas as pessoas imigrantes ativas que adquiriram nacionalidade portuguesa e as que ainda detêm outra nacionalidade, conforme a definição de Malheiros et al. (2010) de empreendedor imigrante, que corresponde ao cidadão não português que nasceu no estrangeiro, tendo adquirido ou não a nacionalidade portuguesa, e que trabalha por conta própria, em regime de autoemprego ou empregador.

As variáveis, provenientes do Inquérito ao Emprego entre 2011 e 2020, que foram consideradas potencialmente relevantes para a constituição dos perfis (agregações de características pessoais) são: (i) o local de residência; (ii) o sexo; (iii) a idade; (iv) o estado civil; (v) a nacionalidade de origem; (vi) o ano em que chegou a Portugal; (vii) o nível de escolaridade completo; e (viii) a área de educação.

A variável (i) local de residência por Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS) II, foram introduzidas como *dummies*, correspondendo ao valor 1 se a área de residência corresponder à definida e 0 se não for essa a área de residência do indivíduo, deixando uma delas como de referência. Deste modo, as variáveis inseridas no modelo foram: “Norte”, “Centro”, “Área Metropolitana de Lisboa”, “Alentejo”, “Algarve” e “Região

Autónoma da Madeira”. A “Região Autónoma dos Açores” corresponde à variável de referência.

A variável (ii) sexo é codificada como *dummy* segundo o critério: se a pessoa for do sexo masculino é igual a 1 e o sexo feminino é a categoria de referência.

A variável (iii) idade foi introduzida no modelo exploratório como variável contínua.

A variável (iv) estado civil foi introduzida como *dummies* (sendo 1 se o inquirido se encontrar nessa situação matrimonial e 0 se contrário) nas categorias de “solteiro”, “casado”, e “divorciado ou separado judicialmente de pessoas e bens”. O estado civil “viúvo” é a variável de referência.

Na medida em que na amostra estão representados 132 países, a variável (v) nacionalidade de origem foi especificada pelos respetivos 18 países que detinham maior relevância na amostra “Alemanha”, “China”, “Estados Unidos da América”, “Rússia”, “São Tomé e Príncipe”, “Ucrânia”, “Angola”, “Brasil”, “Cabo Verde”, “Espanha”, “França”, “Reino Unido”, “Roménia”, “Venezuela”, “Canadá”, “Guiné-Bissau”, “Moçambique” e “África do Sul”. Os países remanescentes foram agrupados por região em que a pessoa é oriunda, “América Latina e Caraíbas”, “América do Norte”, “Europa”, “África Subsariana”, e “Ásia-Pacífico”, sendo que a variável “Médio Oriente e África do Norte” é a de referência. Estas variáveis foram introduzidas em forma de *dummy* (tomando o valor 1 se tiver proveniência dessa região e 0 se não tiver).

A variável (vi) ano em que chegou a Portugal foi introduzidas no modelo exploratório como variável contínua.

A variável (vii) nível de escolaridade completo foi classificada como *dummy* (sendo 1 se o indivíduo detém essa habilitação literária e 0 se contrário) e subdivididas nas seguintes categorias: “ensino básico”; “ensino secundário”; e “ensino superior”. Assim, a categoria “sem qualquer qualificação académica” é a de referência.

A variável (viii) área de educação foi também introduzida como *dummy*, tomando o valor 1 se o inquirido tiver uma qualificação específica nessa área e 0 caso contrário, e categorizadas nas variáveis: “qualificações genéricas”; “educação”; “artes e humanidades”; “ciências sociais, informação e jornalismo”; “ciências empresariais e direito”; “tecnologias de informação e comunicação”; e “engenharia, indústrias transformadoras e construção”. A variável “outras áreas de educação” corresponde à de referência.

Numa fase seguinte, foram utilizadas técnicas de *machine learning*¹ vocacionadas para identificar correlações e associações (nomeadamente, técnicas de árvores de decisão), sendo esta uma forma exploratória adequada para identificar perfis e padrões nos dados apresentados. Nesta sequência, foi efetuada uma ponderação da amostra, tendo em conta que os indivíduos por conta própria imigrantes representavam 15,73% (2.624 indivíduos) e os por conta de outrem correspondiam a 83,46%. Assim, esta ponderação consistiu na diminuição da parte da amostra que representava a maioria dos indivíduos, trabalhadores por conta de outrem, passando desta forma para uma representação de 50%.

3.2.1. Método CHAID

O método CHAID (*Chi-square Automatic Interaction Detector*) consiste num algoritmo estatístico e multidirecional, que explora os dados de forma rápida e eficaz, através de árvores de decisão. Este método cria segmentos e perfis de acordo com o resultado pretendido, e permite a identificação automática de interações mediante a estatística e o teste do qui-quadrado, sendo que em cada passo, é selecionada uma variável independente que apresenta a interação mais forte com a variável dependente (McCarty & Hastak, 2007).

Por outras palavras, o método CHAID indica que variáveis poderão ser úteis para determinado estudo, através de uma construção passo a passo, e de forma hierárquica de árvores de decisão, de acordo com a probabilidade de cada combinação de variáveis (Horner et al., 2010).

Desta forma, foi elaborada uma árvore de decisão baseada na combinação das diversas variáveis com o objetivo de identificar perfis de imigrantes com maior, menor ou nenhuma propensão ao autoemprego, definindo desta forma as variáveis independentes a introduzir no modelo, correspondendo aos perfis com potenciais propensões positivas e negativas apresentados nas *Tabelas 3.1, 3.2 e 3.3*.

¹ *Machine learning* - método de análise de dados que automatiza a construção de modelos analíticos, neste caso específico foi utilizado o software IBM SPSS Modeler.

Tabela 3.1. Regras Obtidas na Árvore de Decisão (Parte 1)

ID Regra	Descrição da Regra	Porcentagem de Casos Positivos	Porcentagem de Casos na Regra
Rule 0	if Estado_Civil = 2 or Estado_Civil = 3 and PaisNascimento in ["Alemanha"] then 0.000	16,70%	2,29%
Rule 1	if IDADE > 39 and PaisNascimento in ["Ucrânia"] then 0.000	17,11%	2,93%
Rule 2	if NUTS2_NG = 11 and Sexo = 2 and PaisNascimento in ["Angola"] then 0.000	14,34%	2,02%
Rule 3	if NUTS2_NG = 16 and Sexo = 2 and PaisNascimento in ["Angola"] then 0.000	15,88%	1,65%
Rule 4	if NUTS2_NG = 15 and PaisNascimento in ["Angola"] then 0.000	15,50%	3,73%
Rule 5	if NUTS2_NG = 17 and Sexo = 1 and PaisNascimento in ["Angola"] then 0.000	13,27%	3,19%
Rule 6	if NUTS2_NG = 17 and Sexo = 2 and Estado_Civil = 2 and PaisNascimento in ["Angola"]	10,78%	1,90%
Rule 7	if NUTS2_NG = 17 and Sexo = 2 and Estado_Civil = 3 and PaisNascimento in ["Angola"]	14,42%	0,73%
Rule 8	if NUTS2_NG = 17 and Sexo = 2 and Estado_Civil = 4 and PaisNascimento in ["Angola"] then 0.000	14,29%	0,20%
Rule 9	if NUTS2_NG = 18 and PaisNascimento in ["Angola"] then 0.000	17,19%	1,36%
Rule 10	if NUTS2_NG = 30 and PaisNascimento in ["Angola"] then 0.000	18,09%	0,66%
Rule 11	if NUTS2_NG = 17 and Sexo = 1 and IDADE <= 39 and PaisNascimento in ["Brasil"] then 0.000	9,09%	2,10%
Rule 12	if NUTS2_NG = 17 and Sexo = 1 and IDADE > 39 and PaisNascimento in ["Brasil"] then 0.000	12,65%	1,17%
Rule 13	if NUTS2_NG = 17 and Sexo = 2 and PaisNascimento in ["Brasil"] then 0.000	15,38%	4,31%
Rule 14	if NUTS2_NG = 30 and PaisNascimento in ["Brasil"] then 0.000	8,86%	0,56%
Rule 15	if NUTS2_NG = 17 and PaisNascimento in ["Cabo Verde"] then 0.000	13,58%	3,85%
Rule 16	if NUTS2_NG = 20 and PaisNascimento in ["Cabo Verde"] then 0.000	14,00%	0,35%
Rule 17	if NUTS2_NG = 11 and PaisNascimento in ["França"] then 0.000	16,22%	5,49%
Rule 18	if NUTS2_NG = 20 or NUTS2_NG = 30 and PaisNascimento in ["França"] then 0.000	14,47%	0,54%
Rule 19	if PaisNascimento in ["Reino Unido"] then 0.000	18,27%	1,39%
Rule 20	if IDADE <= 36 and PaisNascimento in ["Roménia"] then 0.000	12,05%	1,58%

Fonte: Elaboração própria

Tabela 3.2. Regras Obtidas na Árvore de Decisão (Parte 2)

ID Regra	Descrição da Regra	Percentagem de Casos Positivos	Percentagem de Casos na Regra
Rule 21	if Sexo = 1 and Estado_Civil = 1 and PaisNascimento in ["Venezuela"] then 0.000	13,79%	1,43%
Rule 22	if Sexo = 2 and Escolaridade <= 7 and PaisNascimento in ["Venezuela"] then 0.000	18,09%	2,07%
Rule 23	if PaisNascimento in ["Canadá"] then 0.000	14,29%	1,48%
Rule 24	if PaisNascimento in ["Guiné-Bissau"] then 0.000	13,58%	1,72%
Rule 25	if Sexo = 1 and PaisNascimento in ["Moçambique"] then 0.000	15,62%	4,38%
Rule 26	if Sexo = 2 and NUTS2_NG = 11 and PaisNascimento in ["Moçambique"] then 0.000	5,98%	0,83%
Rule 27	if Sexo = 2 and NUTS2_NG = 18 and PaisNascimento in ["Moçambique"] then 0.000	12,00%	0,35%
Rule 28	if Sexo = 2 and NUTS2_NG = 16 and PaisNascimento in ["Moçambique"] then 0.000	20,87%	0,81%
Rule 29	if Sexo = 2 and NUTS2_NG = 17 and PaisNascimento in ["Moçambique"] then 0.000	15,75%	2,06%
Rule 30	if Estado_Civil = 1 and PaisNascimento in ["África do Sul"] then 0.000	15,22%	0,97%
Rule 31	if Estado_Civil = 3 and PaisNascimento in ["África do Sul"] then 0.000	17,24%	0,20%
Rule 32	if Estado_Civil = 2 and PaisNascimento in ["África do Sul"] then 0.000	13,79%	1,23%
Rule 33	if Estado_Civil = 1 and PaisNascimento in ["Alemanha"] then 1.000	18,18%	1,48%
Rule 34	if PaisNascimento in ["China"] then 1.000	18,48%	0,65%
Rule 35	if PaisNascimento in ["Estados Unidos"] then 1.000	18,27%	1,39%
Rule 36	if PaisNascimento in ["Rússia (Federação da)"] then 1.000	19,83%	0,85%
Rule 37	if PaisNascimento in ["São Tomé e Príncipe"] then 1.000	16,18%	1,92%
Rule 38	if IDADE <= 39 and Sexo = 1 and PaisNascimento in ["Ucrânia"] then 1.000	18,75%	1,02%
Rule 39	if IDADE <= 39 and Sexo = 2 and PaisNascimento in ["Ucrânia"] then 1.000	18,49%	1,03%
Rule 40	if NUTS2_NG = 11 and Sexo = 1 and PaisNascimento in ["Angola"] then 1.000	17,70%	1,60%
Rule 41	if NUTS2_NG = 16 and Sexo = 1 and PaisNascimento in ["Angola"] then 1.000	18,98%	1,52%
Rule 42	if NUTS2_NG = 20 and PaisNascimento in ["Angola"] then 1.000	14,29%	0,59%

Fonte: Elaboração própria

Tabela 3.3. Regras Obtidas na Árvore de Decisão (Parte 3)

ID Regra	Descrição da Regra	Percentagem de Casos Positivos	Percentagem de Casos na Regra
Rule 43	if NUTS2_NG = 17 and Sexo = 2 and Estado_Civil = 1 and PaisNascimento in ["Angola"] then 1.000	14,68%	1,54%
Rule 44	if NUTS2_NG = 11 and PaisNascimento in ["Brasil"] then 1.000	16,80%	2,65%
Rule 45	if NUTS2_NG = 15 and Sexo = 1 and PaisNascimento in ["Brasil"] then 1.000	19,30%	1,61%
Rule 46	if NUTS2_NG = 15 and Sexo = 2 and PaisNascimento in ["Brasil"] then 1.000	13,53%	2,14%
Rule 47	if NUTS2_NG = 16 and PaisNascimento in ["Brasil"] then 1.000	16,10%	1,67%
Rule 48	if NUTS2_NG = 18 and PaisNascimento in ["Brasil"] then 1.000	15,47%	1,28%
Rule 49	if NUTS2_NG = 20 and PaisNascimento in ["Brasil"] then 1.000	11,84%	0,54%
Rule 50	if NUTS2_NG = 11 or NUTS2_NG = 18 and PaisNascimento in ["Cabo Verde"] then 1.000	14,89%	0,33%
Rule 51	if NUTS2_NG = 15 and PaisNascimento in ["Cabo Verde"] then 1.000	18,71%	1,09%
Rule 52	if NUTS2_NG = 16 and PaisNascimento in ["Cabo Verde"] then 1.000	14,81%	0,19%
Rule 53	if PaisNascimento in ["Espanha"] or PaisNascimento IS MISSING then 1.000	14,71%	1,20%
Rule 54	if NUTS2_NG = 15 and PaisNascimento in ["França"] then 1.000	20,79%	1,97%
Rule 55	if NUTS2_NG = 16 and PaisNascimento in ["França"] then 1.000	20,10%	4,07%
Rule 56	if NUTS2_NG = 17 and PaisNascimento in ["França"] then 1.000	13,98%	1,31%
Rule 57	if NUTS2_NG = 18 and PaisNascimento in ["França"] then 1.000	19,05%	0,74%
Rule 58	if IDADE > 36 and PaisNascimento in ["Roménia"] then 1.000	18,81%	1,54%
Rule 59	if Sexo = 1 and Estado_Civil = 2 and PaisNascimento in ["Venezuela"] then 1.000	16,14%	1,79%
Rule 60	if Sexo = 1 and Estado_Civil = 3 or Estado_Civil = 4 and PaisNascimento in ["Venezuela"] then 1.000	18,52%	0,19%
Rule 61	if Sexo = 2 and Escolaridade > 7 and PaisNascimento in ["Venezuela"] then 1.000	21,46%	1,55%
Rule 62	if Sexo = 2 and NUTS2_NG = 20 or NUTS2_NG = 30 and PaisNascimento in ["Moçambique"] then 1.000	19,57%	0,32%
Rule 63	if Sexo = 2 and NUTS2_NG = 15 and PaisNascimento in ["Moçambique"] then 1.000	22,68%	0,68%

Fonte: Elaboração própria

3.2.2. Regressão Logística

No sentido de analisar as variáveis que influenciam o autoemprego imigrante, o ter ou não um negócio próprio corresponde à variável dependente, e sendo uma variável qualitativa, um dos métodos estatístico mais adequados a esta situação em particular é a regressão logística. Na medida em que a regressão logística pretende explicar uma variável de dependente Y de natureza qualitativa, em função das variáveis explicativas X que podem ser nominais, ordinais ou contínuas (Pestana & Gageiro, 2009). Assim, este modelo estatístico tem o intuito de prever ou descrever relações significativas entre uma variável dependente e uma ou mais variáveis predictoras através do método de máxima verosimilhança (Hosmer & Lemeshow, 2013). A aplicação deste modelo para uma variável resposta binária ou dicotómica, implica que esta variável dependente possa assumir os valores 1 e 0, em que $y=1$ corresponde ao sucesso e $y=0$ ao insucesso, sendo que o objetivo é estimar a probabilidade de ocorrer o sucesso, considerando um conjunto de variáveis independentes (Agresti, 2018).

Assim, o modelo estimado é apresentado da seguinte forma:

$$P(y = 1|x) = \frac{e^z}{1 + e^z} = \frac{e^{(\beta_0 + \beta_1 x_1 + \beta_2 x_2 + \dots + \beta_k x_k)}}{1 + e^{(\beta_0 + \beta_1 x_1 + \beta_2 x_2 + \dots + \beta_k x_k)}} = p$$

Assim,

$$\frac{p}{1 - p} = e^z$$

Este rácio é designado por rácio de possibilidades e é o quociente entre a probabilidade de uma escolha ocorrer dado que se verifica a escolha alternativa. Se multiplicarmos ambos os membros da equação pelo logaritmo natural do rácio de possibilidades (ou chances) de que uma certa escolha seja feita, o modelo *logit* transforma essa possibilidade num problema de se prever a possibilidade de que certo evento não no intervalo $[0; 1]$ mas no intervalo $]-\infty; +\infty[$.

$$Z = \ln\left(\frac{p}{1 - p}\right) = \beta_0 + \beta_1 x_1 + \beta_2 x_2 + \dots + \beta_k x_k$$

Isto significa que no caso do modelo *Logit*, β_i é o efeito parcial de x_i no logaritmo de $\left(\frac{p}{1-p}\right)$, que corresponde ao efeito parcial no *log-odds ratio*.

A exponencial do coeficiente β_i é igual a:

$$\text{Exp}(\beta_i) = \frac{\frac{P[Y = 1|X_i = x + 1]}{1 - (P[Y = 1|X_i = x + 1])}}{\frac{P[Y = 1|X_i = x]}{1 - (P[Y = 1|X_i = x])}} = \frac{\text{Odds}(X_i \text{ aumenta uma unidade})}{\text{Odds}(X_i \text{ não varia})} = \text{Odds ratio}$$

O que significa que a exponencial de β_i representa a razão de chances de ocorrer o sucesso *versus* ocorrer o insucesso quando a variável independente X_i aumenta uma unidade em relação às chances de sucesso *versus* insucesso quando X_i permanece constante, isto é, se forem exponenciados os coeficientes obtidos e^{β_i} , obtém-se o efeito parcial no *odds ratio*.

Neste estudo em particular, o processo de autoemprego conduz uma escolha entre duas ações: iniciar ou não iniciar uma atividade em negócio próprio. Desta forma, pretende-se analisar a influência das características de um indivíduo imigrante estar em regime de autoemprego, em que $y=0$ se a pessoa é imigrante e não se dedica ao autoemprego, e $y=1$ se o indivíduo for de proveniência estrangeira e tiver um negócio próprio. Assim sendo, para a realização do estudo econométrico optou-se pela regressão logística.

3.2.3. Resultados

Após a identificação deste conjunto de características pessoais de um indivíduo imigrante procedeu-se à introdução destes perfis como variáveis independentes na análise de regressão logística binária², com o objetivo de estimar os *odd-ratios*, sendo a variável dependente o facto de estar numa situação de autoemprego.

A seleção das variáveis dependentes no modelo *logit* foi efetuada pelo método *Backward Conditional*, tendo sido detetadas 8 variáveis com significância estatística para o modelo em estudo, considerando o nível de significância 0,10, conforme a *Tabela 3.4*.

² A análise de regressão logística binária foi efetuada com recurso ao IBM SPSS Statistics versão 28.

Tabela 3.4. Variáveis na Equação - Método = Backward Stepwise (Conditional)

	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Rule 6	-,444	,198	5,037	1	,025	0,6414
Rule 11	-,634	,203	9,724	1	,002	0,5304
Rule 14	-,662	,397	2,784	1	,095	0,5158
Rule 26	-1,086	,390	7,728	1	,005	0,3375
Rule 54	,331	,149	4,922	1	,027	1,3923
Rule 55	,289	,106	7,385	1	,007	1,3350
Rule 61	,372	,166	5,000	1	,025	1,4506
Rule 63	,443	,244	3,302	1	,069	1,5573

Fonte: Elaboração própria

Pelo sinal dos parâmetros estimados, os perfis que aumentam a propensão ao autoemprego correspondem às Regras 54, 55, 61 e 63. A Regra 54 corresponde às pessoas provenientes de França que residem no Centro de Portugal. A Regra 55 representa os indivíduos oriundos de França e que residem no Algarve. A Regra 61 corresponde aos indivíduos provenientes da Venezuela, de sexo feminino e com habilitações literárias equivalentes ao Ensino Superior. A Regra 63 corresponde aos indivíduos oriundos de Moçambique, do sexo feminino que residem no Algarve.

Em oposição, os perfis que diminuem a propensão ao autoemprego correspondem às Regras 6, 11, 14, 26. A Regra 6 representa os indivíduos oriundos de Angola do sexo feminino, casados e que residem na Área Metropolitana de Lisboa. A Regra 11 corresponde aos indivíduos provenientes do Brasil do sexo masculino com idade igual ou inferior a 39 anos e que residem na Área Metropolitana de Lisboa. A Regra 14 corresponde às pessoas oriundas do Brasil e que residem na Região Autónoma da Madeira. A Regra 26 representa os indivíduos oriundos de Moçambique, do sexo feminino que residem no Norte de Portugal.

Desta forma, foi concluído que: (i) as pessoas do sexo feminino angolanas que são casadas e que vivem na Área Metropolitana de Lisboa têm uma propensão inferior em se dedicar ao autoemprego, isto é, têm 0,64 vezes das hipóteses de autoemprego de um indivíduo que não detenha este perfil, mantendo as restantes variáveis constantes; (ii) Os indivíduos brasileiros do sexo masculino com idade igual ou inferior a 39 anos e residentes na Área Metropolitana de Lisboa têm 0,53 vezes das hipóteses de trabalhar por conta própria de um indivíduo que não

tenha estas características pessoais, mantendo tudo o resto constante; (iii) Os indivíduos brasileiros que vivem na Região Autónoma da Madeira têm 0,51 vezes das hipóteses de trabalhar por conta própria de uma pessoa que não tenha este perfil, mantendo tudo o resto constante; (iv) As pessoas moçambicanas do sexo feminino que residem no Norte de Portugal têm 0,33 vezes das hipóteses de trabalhar por conta própria das que não apresentam estas características, mantendo as restantes variáveis constantes; (v) Os indivíduos franceses que moram no Centro de Portugal têm 1,39 vezes mais hipóteses de trabalhar por conta própria relativamente a perfis distintos, mantendo tudo o resto constante; (vi) Os indivíduos franceses que moram no Algarve têm 1,33 vezes mais hipóteses de trabalhar por conta própria relativamente a perfis distintos, mantendo tudo o resto constante; (vii) As pessoas venezuelanas do sexo feminino com qualificações equivalentes ao ensino superior têm 1,45 vezes mais hipóteses de trabalhar por conta própria comparativamente a outros perfis, mantendo tudo o resto constante; (viii) As pessoas moçambicanas do sexo feminino que residem no Algarve têm 1,55 vezes mais das hipóteses de trabalhar por conta própria relativamente a outros perfis, mantendo as remanescentes variáveis constantes.

Uma vez que os efeitos parciais nos *odds-ratios* encerram regras compostas por múltiplas variáveis, como abordagem complementar à análise anteriormente realizada foi a estimação de efeitos marginais médios para identificar os efeitos médios de cada variável isoladamente. Os efeitos marginais médios representam o efeito médio sobre a variável dependente (probabilidade) que resulta da alteração de uma variável independente (Wooldridge, 2012). Este resultado é apresentado em termos percentuais definindo qual o efeito do aumento em uma unidade de uma variável independente na variável dependente (Kohler & Kreuter, 2012). Em suma, os efeitos marginais médios serão as variações médias na probabilidade, dadas variações unitárias das variáveis independentes isoladamente (não das regras).

Deste modo, foram calculados os efeitos marginais médios³ da regressão logística anteriormente analisada, sendo representados na *Tabela 3.5*.

³ Os efeitos marginais foram calculados com recurso ao *software* Stata.

Tabela 3.5: Efeitos Marginais Médios da Regressão Logística

	dy/dx	Delta-method Std. Err.	z	P> z
Origem Angola	-0,0041	0,0017	-2,38	0,017
Sexo Feminino	-0,0010	0,0011	-0,98	0,327
Casado	-0,0020	0,0007	-2,55	0,011
Reside em Lisboa	-0,0056	0,0013	-4,1	0
Origem Brasil	-0,0109	0,0042	-2,59	0,01
Sexo Masculino	-0,0029	0,0008	-3,72	0
Idade <=39 anos	-0,0018	0,0004	-4,24	0
Reside na Madeira	-0,0134	0,0079	-1,68	0,092
Origem Moçambique	-0,0063	0,0057	-1,1	0,27
Reside no Norte	-0,0062	0,0020	-2,97	0,003
Origem França	0,0150	0,0048	3,13	0,002
Reside no Centro	0,0053	0,0020	2,59	0,01
Reside no Algarve	0,0086	0,0031	2,7	0,007
Origem Venezuela	0,0083	0,0040	2,08	0,037
Ensino Superior	0,0016	0,0008	1,93	0,054

Fonte: Elaboração própria

Os efeitos marginais podem ser interpretados como o aumento ou a diminuição na probabilidade de trabalhar por conta própria, dada a variação de uma unidade na variável explicativa, pressupondo a não alteração das variáveis remanescentes. Assim, o facto de um indivíduo deter alguma característica isoladamente poderá influenciar positivamente ou negativamente (em média) a sua propensão ao autoemprego.

Neste caso, sendo considerado o nível de significância 0,10, através da *Tabela 3.5* podemos concluir que: (i) relativamente às nacionalidades, ser oriundo de Angola diminui em média a sua propensão ao autoemprego em 0,41% e ser proveniente do Brasil diminui em média em 1,09%. Contudo ser oriundo de França aumenta em média a propensão ao autoemprego em 1,50% e ser oriundo de Venezuela aumenta em média a probabilidade de um indivíduo trabalhar por conta própria em 0,83%; (ii) em termos de sexo do indivíduo, o sexo masculino tem em média uma propensão menor a se dedicar ao autoemprego em 0,29%; (iii) O estado civil de uma pessoa correspondendo a casado diminui em média em 0,20% a sua propensão ao autoemprego; (iv) Os indivíduos que detenham idade igual ou inferior a 39 anos tem em média a sua probabilidade em se dedicarem ao autoemprego diminuída em 0,18%; (v) As qualificações académicas do indivíduo sendo equivalentes ao ensino superior aumenta em média a propensão desse mesmo indivíduo ao autoemprego em 0,16%; (vi) O facto de uma pessoa residir na Área

Metropolitana de Lisboa diminui em média a sua propensão a trabalhar por conta própria em 0,56%, tal como os residentes da Região Autónoma da Madeira têm em média uma probabilidade inferior em 1,34%, e os residentes do Norte de Portugal que vêm diminuída em média a sua propensão ao autoemprego em 0,62%. Já os residentes do Centro de Portugal têm em média uma probabilidade superior à dedicação ao autoemprego em 0,53% e os residentes do Algarve têm igualmente em média uma propensão maior em 0,86% no trabalho por conta própria; (vii) Apesar de serem significativas quando conjugadas com outras características (como vimos nas regras), os efeitos isolados do género feminino e a origem de moçambique não revelaram efeitos marginais médios significativos ao nível de 0,10.

4. Conclusões, Limitações e Investigação Futura

Na Regressão Logística foram obtidos os seguintes perfis, com maior propensão (+) e menor propensão (-):

- Ser proveniente de Angola, do sexo feminino, casado e que reside na Área Metropolitana de Lisboa;
- Ser oriundo do Brasil, do sexo masculino, ter idade igual ou inferior a 39 anos e vive Área Metropolitana de Lisboa;
- Ser oriundo do Brasil e viver na Região Autónoma da Madeira;
- Ser proveniente de Moçambique, ser do sexo feminino e reside no Norte de Portugal;
- + Ser proveniente de França e reside no Centro de Portugal;
- + Ser oriundo de França e vive no Algarve;
- + Ser oriundo da Venezuela, do sexo feminino, com habilitações académicas equivalentes ao Ensino Superior;
- + Ser proveniente de Moçambique, do sexo feminino e reside no Algarve.

A decisão de um indivíduo iniciar uma atividade empresarial decorre em muitos casos da necessidade de desempenhar uma ocupação remunerada, contrariando uma situação de desemprego e/ ou conciliar a atividade laboral com as responsabilidades inerentes à vida familiar. Contudo existe igualmente a ótica da oportunidade, em que as pessoas são motivadas pelo sentido empreendedor e pela procura de maior autonomia e realização pessoal (Malheiros et al., 2010).

A população imigrante não pode ser assumida como um todo homogêneo, na medida em que nem todos os grupos de imigrantes têm a mesma propensão a iniciar atividades empresariais (Oliveira, 2019). Em Portugal, a nacionalidade brasileira detém grande destaque em matéria de empreendedorismo imigrante (Malheiros et al., 2010; Oliveira, 2021), e os imigrantes originários de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) têm apresentado uma crescente dedicação ao autoemprego, sendo que este associado à teoria das desvantagens, sendo uma iniciativa empresarial relacionada com a falta de oportunidades no mercado de trabalho e situações de desvantagem perante outros indivíduos, nomeadamente a discriminação racial e o desemprego prolongado (Oliveira, 2008b).

De acordo com Malheiros et al. (2010), as mulheres iniciam menos projetos empresariais que os homens, e as iniciativas empresariais do sexo feminino detêm menor dimensão do que as do sexo masculino, sendo que as mulheres que são empreendedoras normalmente dedicam-se ao autoemprego. A taxa de empreendedorismo imigrante feminino tem sido inferior à taxa de empreendedorismo imigrante masculino, sendo que estas diferenças estão a acentuar-se ligeiramente (Oliveira, 2021).

As regiões portuguesas em que o autoemprego imigrante é mais expressivo são a Área Metropolitana de Lisboa, o Algarve e o Norte de Portugal (Malheiros et al., 2010), sendo que os municípios com maior destaque neste âmbito por região são: (i) Lisboa, Sintra e Cascais, na Área Metropolitana de Lisboa; (ii) Loulé, Albufeira e Portimão, no Algarve; e (iii) Porto, Vila Nova de Gaia e Matosinhos, no Norte de Portugal (Oliveira, 2019). Oliveira (2019) ainda refere que não existe necessariamente uma relação entre o número de empresários estrangeiros e a concentração de população estrangeira, exceto na área Metropolitana de Lisboa.

A faixa etária predominante do empreendedorismo em Portugal por parte de imigrantes é dos 25 aos 34 anos no caso das mulheres e dos 35 aos 44 anos no caso dos homens (Malheiros et al., 2010).

Na literatura específica de empreendedorismo imigrante em Portugal existe evidência de algumas tendências positivas e negativas de alguns aspetos de perfis identificados como significativamente relevantes para o autoemprego imigrante em Portugal. Contudo a maioria dos efeitos marginais médios calculados, isto é, efeitos parciais das variáveis introduzidas no modelo, não correspondem às conclusões dos estudos com maior relevância a nível nacional, relativamente à maior ou menor propensão de um indivíduo se dedicar a atividades empresariais.

Os empresários imigrantes, tal como qualquer empresário, contribuem para o comércio internacional, a criação de empregos, o fluxo financeiro e potencial inovação. Contudo, os empresários imigrantes podem transferir competências únicas para o país de acolhimento, contribuir para o renascimento das comunidades locais, dinamizando sectores específicos e áreas geográficas que podem não ser suficientemente atrativas para os empresários locais, e estimular a transferência económica e financeira entre o país anfitrião e o país de origem (Glinka & Jelonek, 2020).

Existem inúmeros fatores que influenciam o autoemprego por parte de imigrantes, contudo o nosso estudo foi assente nas características pessoais dos imigrantes que foram obtidas através dos microdados do Inquérito ao Emprego, de 2011 a 2020. Nesta perspetiva concluímos que existem alguns perfis de indivíduos imigrantes que são mais ou menos propensos ao autoemprego, sendo os perfis com maior propensão ao autoemprego (i) os indivíduos franceses que moram no Centro de Portugal, (ii) os indivíduos franceses que moram no Algarve, (iii) os indivíduos venezuelanos do sexo feminino com qualificações equivalentes ao ensino superior, e (iv) os indivíduos moçambicanos do sexo feminino que residem no Algarve.

Por outro lado, os perfis com menor propensão ao autoemprego correspondem aos (i) indivíduos angolanos do sexo feminino que são casados e que vivem na Área Metropolitana de Lisboa, (ii) indivíduos brasileiros do sexo masculino com idade igual ou inferior a 39 anos e residentes na Área Metropolitana de Lisboa, (iii) indivíduos brasileiros que vivem na Região Autónoma da Madeira, e (iv) indivíduos moçambicanos do sexo feminino que residem no Norte de Portugal.

A análise efetuada sobre o autoemprego imigrante foca-se apenas no nível individual como trabalhador por conta própria e apesar de terem sido identificados perfis através da regressão logística com relevância estatística, esta temática é dotada de complexidade e influenciada por fatores externos e outros que não são identificados pelo Inquérito ao Emprego. Desta forma, existem variáveis que não foram contempladas neste estudo e que podem justificar a situação profissional de autoemprego imigrante em Portugal, que constitui a maior limitação desta investigação. Contudo, esta limitação pode ser ultrapassada através de uma análise mais completa, sendo importante utilizar uma abordagem multinível, que inclua o estudo dos contextos organizacionais e ambientais em que os indivíduos atuam como fatores determinantes na sua tomada de decisão (Shepherd, 2011).

Outra limitação que este estudo apresenta, é o facto de existir a possibilidade de parte do trabalho por conta própria corresponder a situações profissionais de precariedade, denominados por “falsos recibos verdes”. Deste modo, poderá haver pessoas em situação de autoemprego que na realidade trabalham apenas para um empregador, como um trabalho por conta de outrem, porém em contrapartida de uma fatura-recibo (“recibo verde”), não existindo contrato de trabalho (Oliveira et al., 2011).

5. Fontes

- Instituto Nacional de Estatísticas (INE). (2021, outubro). *Sistema de Metainformação: Conceito 185 - imigrante permanente (2003)*. <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/5746>
- Instituto Nacional de Estatísticas (INE). (2022, março). *Sistema de Metainformação: Documento metodológico - 138 Inquérito ao Emprego*. <http://smi.ine.pt/DocumentacaoMetodologica/Detalhes/1362>
- Instituto Nacional de Estatísticas (INE). (2022, abril). *Sistema de Metainformação: Modelo Metodológico - Operação Estatística: Inquérito ao Emprego 2011*. <https://smi.ine.pt/DocumentacaoMetodologica/Detalhes/1572>
- Instituto Nacional de Estatísticas (INE). (2022, fevereiro). *Sistema de Metainformação: Base de Dados - Imigrantes permanentes (N.º por Sexo, Grupo etário e Local de residência anterior (Grupos de países); Anual*. https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006054&contexto=bd&selTab=tab2&xlang=pt
- Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD). (2022, maio). *Self-Employment Rate (Indicator)*. https://www.oecd-ilibrary.org/employment/self-employment-rate/indicator/english_fb58715e-en
- Pordata. (2022, setembro). População estrangeira com estatuto legal de residente: total e por algumas nacionalidades. <https://www.pordata.pt/Portugal/Popula%C3%A7%C3%A3o+estrangeira+com+estatuto+legal+de+residente+total+e+por+algumas+nacionalidades-24>

6. Referências Bibliográficas

- Agresti, A. (2018). *An introduction to categorical data analysis*. John Wiley & Sons.
- Ahn, T. (2010). Attitudes toward risk and self-employment of young workers. *Labour Economics*, 17(2), 434-442.
- Aldén, L., Bastani, S., Hammarstedt, M., & Miao, C. (2022). Immigrant-native differences in long-term self-employment. *Small Business Economics*, 58(3), 1661-1697.

- António, J. H., Policarpo, V., Rutland, A., Pereira, C. R., Marques, J. C., da Costa, L. P., ... & Correia, T. S. (2011). *Os imigrantes e a imigração aos olhos dos portugueses*. Lisboa: Calouste Gulbenkian Foundation.
- Azoulay, P., Jones, B. F., Kim, J. D., & Miranda, J. (2022). Immigration and entrepreneurship in the United States. *American Economic Review: Insights*, 4(1), 71-88.
- Baganha, M. I., Ferrão, J., & Malheiros, J. M. (1999). Os imigrantes e o mercado de trabalho: o caso português. *Análise Social*, 147-173.
- Baluku, M. (2017). *The self-employment process: A discourse of psychological attributes and entrepreneurial socialization* [Tese de doutoramento, Philipps-Universitaet Marburg]. Archiv Philipps-Universitaet Marburg. <https://doi.org/10.17192/z2017.0781>
- Barberis, E., & Solano, G. (2018). Mixed embeddedness and migrant entrepreneurship: Hints on past and future directions. An introduction. *Sociologica*, 12(2), 1-22.
- Basu, S., Davidson, I., & Wagstaff, K. (Eds.). (2008). *Constrained clustering: Advances in algorithms, theory, and applications*. CRC Press.
- Bates, T. (1995). Self-employment entry across industry groups. *Journal of business venturing*, 10(2), 143-156.
- Baumann, F. (2021). The next frontier-human development and the anthropocene: UNDP human development report 2020. *Environment: Science and Policy for Sustainable Development*, 63(3), 34-40.
- Blanchflower, D. G. (2000). Self-employment in OECD countries. *Labour economics*, 7(5), 471-505.
- Blanchflower, D. G., Levine, P. B., & Zimmerman, D. J. (2003). Discrimination in the small-business credit market. *Review of Economics and Statistics*, 85(4), 930-943.
- Blanchflower, D. (2004) Self-employment: more may not be better. *Swedish Economic Policy Review*, 11, 15-74.
- Blau, F. D. (1997). *Trends in the well-being of American women, 1970-1995*. NBER Working Papers 6206. National Bureau of Economic Research, Inc.
- Bolzani, D. (2020). *Migrant entrepreneurship: emerging themes and interpretations with insights from Italy*. Emerald Group Publishing.
- Borjas, G. (1986) The self-employment experience of immigrants. *Journal of Human Resources*, 21, 487-506.
- Borjas, G. J., & Bronars, S. G. (1989). Consumer discrimination and self-employment. *Journal of political economy*, 97(3), 581-605.
- Brüderl, J., & Preisendörfer, P. (1998). Network support and the success of newly founded business. *Small business economics*, 10(3), 213-225.
- Budig, M. J. (2006). Intersections on the road to self-employment: Gender, family and occupational class. *Social Forces*, 84(4), 2223-2239.
- Carter, S. L., & Shaw, E. (2006). *Women's business ownership: Recent research and policy developments*. DTI Small Business Service Research Report, London.
- Carvalho, J. (2009). *A política de imigração do Estado português entre 1991 e 2004* (Vol. 26). Observatório da Imigração, ACIDI, IP.
- Charles, M., & Bradley, K. (2002). Equal but separate? A cross-national study of sex segregation in higher education. *American Sociological Review*, 573-599.
- Clark, K., Drinkwater, S., & Leslie, D. (1998). Ethnicity and self-employment earnings in Britain 1973-95. *Applied Economics Letters*, 5(10), 631-634.
- Clark, K., & Drinkwater, S. (2000). Pushed out or pulled in? Self-employment among ethnic minorities in England and Wales. *Labour Economics*, 7(5), 603-628.

- Clark, K., Drinkwater, S., & Robinson, C. (2017). Self-employment amongst migrant groups: new evidence from England and Wales. *Small Business Economics*, 48(4), 1047-1069.
- Casson, M. (1982). *The entrepreneur: An economic theory*. Totowa NJ: Barnes & Nobles Books.
- Conceição, P. (2020). Human development report 2020: the next frontier human development and the Anthropocene. *UNDP: New York, NY, USA*, 1-7.
- Coutinho, A. L., Oliveira, B., Soares, V., & Sanchez, S. (2008). O empreendedorismo imigrante em Portugal: factores que influenciam este percurso profissional e actividade da ASI decorrente dos resultados do projecto PEI. *Migrações*, 3, 263-270.
- Cueto, B., & Álvarez, V. R. (2015). Determinants of immigrant self-employment in Spain. *International Journal of Manpower*.
- Dabić, M., Vlačić, B., Paul, J., Dana, L. P., Sahasranamam, S., & Glinka, B. (2020). Immigrant entrepreneurship: A review and research agenda. *Journal of Business Research*, 113, 25-38.
- Davidsson, P., Delmar, F., & Wiklund, J. (2017). Entrepreneurship as growth: growth as entrepreneurship. *Strategic entrepreneurship: Creating a new mindset*, 328-342.
- Douglas, E. J., & Shepherd, D. A. (2002). Self-employment as a career choice: Attitudes, entrepreneurial intentions, and utility maximization. *Entrepreneurship theory and practice*, 26(3), 81-90.
- Drucker, P. (1985). *Innovation and entrepreneurship: principles and practices*. New York: HarperTrade.
- Drucker, P. (2014). *Innovation and entrepreneurship*. Routledge.
- Duan, C., Sandhu, K., & Kotey, B. (2021). Understanding immigrant entrepreneurship: a home-country entrepreneurial ecosystem perspective. *New England Journal of Entrepreneurship*.
- El Bouk, F., Van Geel, M., & Vedder, P. (2022). Entrepreneurship: An attractive career path for immigrant vocational students in the Netherlands? The role of negative and positive stimulating factors. *International Journal of Intercultural Relations*, 88, 22-31.
- Europe, A. (2014). Global Entrepreneurship Report 2013—Encouraging Entrepreneurs—Eliminating the Fear of Failure. *Technische Universität München, GfK Nuremberg*.
- Estrela, J., Lopes, S., & Menezes, A., Sousa P., & Machado R. (2022). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2021*. Oeiras: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.
- Fairchild, G. B. (2009). Residential segregation influences on the likelihood of ethnic self-employment. *Entrepreneurship Theory and Practice*, 33(2), 373-395.
- Fairlie, Robert, and Magnus Lofstrom, “Immigration and Entrepreneurship”, in Barry Chiswick and Paul Miller (eds.) *Handbook on the Economics of International Migration* (Elsevier, 2014).
- Fairlie, R. W., & Lofstrom, M. (2015). Immigration and entrepreneurship. In *Handbook of the economics of international migration* (Vol. 1, pp. 877-911). North-Holland.
- Fairlie, R. W., & Meyer, B. D. (1996). Ethnic and racial self-employment differences and possible explanations. *Journal of human resources*, 757-793.
- Fairlie, R. W., & Meyer, B. D. (2000). Trends in self-employment among white and black men during the twentieth century. *Journal of human resources*, 643-669.
- Fairlie, R. W., & Robb, A. M. (2008). *Race and entrepreneurial success*. Cambridge, MA: The MIT Press.
- Fairlie, R. W., Morelix, A., Reedy, E. J., & Russell-Fritch, J. (2015). *The kauffman index 2015: Startup activity | national trends*. SSRN. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2613479>
- Fertala, N. (2005). *Determinants of successful immigrant entrepreneurship in the Federal Republic of Germany* [Tese de doutoramento, Universität Tübingen]. Eberhard-Karls-Universität Tübingen. <http://hdl.handle.net/10900/47470>

- Fonseca, M. L., Caldeira, M. J., & Esteves, A. (2002). New forms of migration into the European south: challenges for citizenship and governance—the Portuguese case. *International Journal of Population Geography*, 8(2), 135-152.
- Fonseca, M. L., & Esteves, A. (2002). Migration and new religion townscapes in Lisbon. *Immigration and Place in mediterranean Metropolises*, 255-289.
- Fonseca, M. (2008). Imigração, diversidade e novas paisagens étnicas e culturais. *Portugal: Percursos e Interculturalidade, Desafios à Identidade*, 50-96.
- Glinka, B., & Jelonek, A. W. (Eds.). (2020). *Immigrant Entrepreneurship: Cases from Contemporary Poland*. Routledge.
- Góis, P., Marques, J. C., Valadas, C., Leite, A., & Nolasco, C. (2018). *Discriminação no recrutamento e acesso ao mercado de trabalho de imigrantes e portugueses de origem estrangeira* (Vol. 63). Observatório das Migrações, ACM, IP.
- Guzman, J., Tareque, I., & Wang, D. (2022). *The Impact of High Skilled Immigration on Regional Entrepreneurship*. SSRN. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.4063282>
- Hamilton, E. (2013). The discourse of entrepreneurial masculinities (and femininities). *Entrepreneurship & Regional Development*, 25(1-2), 90-99.
- Hanusch, H., & Pyka, A. (2007). *Elgar companion to neo-Schumpeterian economics*. Edward Elgar Publishing.
- Hatfield, I. (2015). *Self-employment in Europe*. Institute for Public Policy Research, London.
- Hatzigeorgiou, A. (2010). The contribution of migrants in enhancing foreign trade. Verlag Bertelsmann Stiftung.
- Hipple, S. (2004). Self-employment in the United States: an update. *Monthly Lab. Rev.*, 127, 13.
- Hipple, S. F. (2010). Self-employment in the United States. *Monthly Lab. Rev.*, 133, 17.
- Horner, S. B., Fireman, G. D., & Wang, E. W. (2010). The relation of student behavior, peer status, race, and gender to decisions about school discipline using CHAID decision trees and regression modeling. *Journal of school psychology*, 48(2), 135-161.
- Hosmer Jr, D. W., Lemeshow, S., & Sturdivant, R. X. (2013). *Applied logistic regression* (Vol. 398). John Wiley & Sons.
- Instituto Nacional de Estatísticas (INE). (2019). Estimativas de População Residente em Portugal-2018 (Estimates of resident population in Portugal-2018). *Destaque: informação à comunicação social*.
- Julien, P. A. (2017). Empreendedorismo regional e economia do conhecimento. Saraiva Educação SA.
- Khamis, S. M., Yusof, M., & Saeed, M. (2021). Youth self-employment readiness: a literature survey, propositions and conceptual framework. *An International Journal of Management and Technology*, 11(1), 46-53.
- Karoly, L. and Zissimopoulos, J. (2004) Self-employment among older US workers. *Monthly Labor Review* 127: 24-47.
- Kazlou, A., & Urban, S. (2022). Swedish migration policy liberalization and new immigrant entrepreneurs. *International Migration*.
- Kerr, W. R., & Mandorff, M. (2015). *Social networks, ethnicity, and entrepreneurship* (No. w21597). National Bureau of Economic Research.
- Kerr, S. P. (2022). Immigrant Entrepreneurs. *The Center for Growth and Opportunity*.
- Kim, P. H., Aldrich, H. E., & Keister, L. A. (2006). Access (not) denied: The impact of financial, human, and cultural capital on entrepreneurial entry in the United States. *Small business economics*, 27(1), 5-22.
- Koellinger, P., Minniti, M., & Schade, C. (2013). Gender differences in entrepreneurial propensity. *Oxford bulletin of economics and statistics*, 75(2), 213-234.

- Kohler, U., & Kreuter, F. (2012). *Data analysis using stata*. Stata Press.
- Kone, Z. L., Ruiz, I., & Vargas-Silva, C. (2021). Self-employment and reason for migration: are those who migrate for asylum different from other migrants?. *Small Business Economics*, 56(3), 947-962.
- Levesque, M., & Minniti, M. (2006). The effect of aging on entrepreneurial behavior. *Journal of business venturing*, 21(2), 177-194.
- Levie, J. (2007). Immigration, in-migration, ethnicity and entrepreneurship in the United Kingdom. *Small Business Economics*, 28(2), 143-169.
- Lunn, J., & Steen, T. (2005). The heterogeneity of self-employment: The example of Asians in the United States. *Small Business Economics*, 24(2), 143-158.
- Machado, R., Reis, S., Esteves, S., Sousa, P., & Rosa, A. P. (2020). Relatório De Imigração, Fronteiras E Asilo 2019. *Serviço de Estrangeiros e Fronteiras*.
- Malheiros, J., Padilla, B., & Rodrigues, F. (2010). Mulheres imigrantes empreendedoras. *Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género*.
- Marques, C. S., R Galvão, A., Mascarenhas, C., & Pinto, D. (2022). The importance of immigrant and return migrant entrepreneurship in the development of a low-density region. *Strategic Change*, 31(2), 259-268.
- Marôco, J. (2021). *Análise Estatística com o SPSS Statistics v18–v27* (8th edition). Lisboa: ReportNumber.
- McCarty, J. A., & Hastak, M. (2007). Segmentation approaches in data-mining: A comparison of RFM, CHAID, and logistic regression. *Journal of business research*, 60(6), 656-662.
- Mestres, J. (2010). Migrant entrepreneurship in OECD countries and its contribution to employment. OECD and European Commission.
- Mickiewicz, T., Hart, M., Nyakudya, F., & Theodorakopoulos, N. (2019). Ethnic pluralism, immigration and entrepreneurship. *Regional Studies*, 53(1), 80-94.
- Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD). (2010). *Open for business: migrant entrepreneurship in OECD countries*. OECD Publishing.
- Fletcher, D. E. (2021). OECD Report: The Missing Entrepreneurs 2021: Policies for Inclusive Entrepreneurship and Self Employment (No. 2021). OECD and European Commission.
- Oliveira, C. R. (2005). Empresários de origem imigrante: estratégias de inserção económica em Portugal (Vol. 2). Observatório da Imigração, ACIME.
- Oliveira, C. R. (2008a). Diver-cidades empresariais em Portugal. *Imigração e Mercado de Trabalho*, 2, 95-117.
- Oliveira, C. R. (2008b). Estratégias alternativas de inserção no mercado de trabalho português: o caso dos empresários de origem cabo-verdiana. Comunidade (s) cabo-verdiana (s): as múltiplas faces da imigração cabo-verdiana. Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural, 67-86.
- Oliveira, C. R. (2010). The determinants of immigrant entrepreneurship and employment creation in Portugal. *Open for Business*, 125-148.
- Oliveira, C. R. (2014). Empregadores estrangeiros em Portugal: o que os Censos nos ajudam a compreender. *Revista Estudos Demográficos*, 53, 7-33.
- Oliveira, C. R., & Gomes, N. (2016). *Indicadores de Integração de Imigrantes 2016: Relatório Estatístico Anual*. Observatório das Migrações, ACM, IP.
- Oliveira, C. R., & Gomes, N. (2018). *Indicadores de Integração de Imigrantes 2018: Relatório Estatístico Anual*. Observatório das Migrações, ACM, IP.
- Oliveira, C. R. (2019). Empregadores e empreendedores imigrantes: Tipologia de estratégias empresariais (Vol. 65). Observatório das Migrações, ACM, IP.

- Oliveira, C. R. (2020). Indicadores de Integração de Imigrantes 2020: Relatório Estatístico Anual (Vol. 5). Observatório das Migrações, ACM, IP.
- Oliveira, C. R. (2021). Indicadores de Integração de Imigrantes 2021: Relatório Estatístico Anual (Vol. 6). Observatório das Migrações, ACM, IP.
- Oliveira, C. R., & Fonseca, V. (2013). Highly skilled immigrants in Portugal: analysing policy developments and its impacts with a typology (Vol. 11). Observatório das Migrações, ACM, IP.
- Oliveira, L., Carvalho, H., & Veloso, L. (2011). Formas atípicas de emprego juvenil na União Europeia. *Sociologia, problemas e práticas*, 66, 27-48.
- Pager, D., Bonikowski, B., & Western, B. (2009). Discrimination in a low-wage labor market: A field experiment. *American sociological review*, 74(5), 777-799.
- Pamplona, J. B. (2001). *Erguendo-se pelos próprios cabelos: auto-emprego e reestruturação produtiva no Brasil*. Germinal.
- Parker, S. C. (2018). *The economics of entrepreneurship*. Cambridge University Press.
- Peixoto, J. (2007). Dinâmicas e regimes migratórios: o caso das migrações internacionais em Portugal. *Análise social*, 445-469.
- Peixoto, J. (2008). Limites e oportunidades do empreendedorismo imigrante. *Revista Migrações*, (3), 305-307.
- Pires, R. P. (2002). Mudanças na imigração: uma análise das estatísticas sobre a população estrangeira em Portugal, 1998-2001. *Sociologia, Problemas e Praticas*, 39.
- Pestana, M. H., & Gageiro, J. N. (2009). Análise categórica, árvores de decisão e análise de conteúdo em ciências sociais e da saúde com o SPSS. Lisboa: Lidel.
- Portes, A., & Martinez, B. P. (2020). They are not all the same: Immigrant enterprises, transnationalism, and development. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 46(10), 1991-2007.
- Reis, S., Sousa, P., & Machado, R. (2021). Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2020. *Oeiras: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras*.
- Ribeiro M. J., Estrela J., Rosa A. P., Cruz M., Miranda S., Sousa P. & Machado R. (2019). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2018*. Oeiras: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.
- Santos, S. C., Neumeyer, X., Caetano, A., & Liñán, F. (2021). Understanding how and when personal values foster entrepreneurial behavior: A humane perspective. *Journal of Small Business Management*, 59(3), 373-396.
- Say, J. B. (1845). *A Treatise on Political Economy*. Philadelphia: Grigg & Elliot.
- Schumpeter, J. A. (1942). *Capitalism, Socialism and Democracy*. London: George Allen & Unwin.
- Shane, S., & Venkataraman, S. (2000). The promise of entrepreneurship as a field of research. *Academy of management review*, 25(1), 217-226.
- Šimić Banović, R., Škokić, V., & Alpeza, M. (2022). Informal networks among immigrant entrepreneurs: Case of Croatia. In *Informality, Labour Mobility and Precariousness* (pp. 95-123). Palgrave Macmillan, Cham.
- Simões, N., Crespo, N., & Moreira, S. B. (2016). Individual determinants of self-employment entry: What do we really know?. *Journal of economic surveys*, 30(4), 783-806.
- Schwarz, G. (1978). Estimating the dimension of a model. *The annals of statistics*, 461-464.
- Shepherd, D. A. (2011). Multilevel entrepreneurship research: Opportunities for studying entrepreneurial decision making. *Journal of management*, 37(2), 412-420.
- Storti, L. (2014). Being an entrepreneur: emergence and structuring of two immigrant entrepreneur groups. *Entrepreneurship & Regional Development*, 26(7-8), 521-545.

- Toussaint-Comeau, M. (2008). Do ethnic enclaves and networks promote immigrant self-employment?. *Economic perspectives*, 32(4).
- Miščević, N. (2021). United nations development programme, human development report 2020. The next frontier human development and the anthropocene. *Croatian Journal of Philosophy*, 21(1 (61)), 231-235.
- Urban, B., Murimbika, M., & Mhangami, D. (2022). Immigrant entrepreneurship with a focus on human and social capital as determinants of success: evidence from South Africa. *Journal of Entrepreneurship in Emerging Economies*.
- Valente, A. C., António, J. H., Correia, T., & da Costa, L. P. (2016). *Imigrantes desempregados em Portugal e os desafios das políticas ativas de emprego* (Vol. 59). Observatório das Migrações. ACM, IP.
- Van der Sluis, J., Van Praag, M., & Vijverberg, W. (2008). Education and entrepreneurship selection and performance: A review of the empirical literature. *Journal of economic surveys*, 22(5), 795-841.
- Venkataraman, S. (1997). The distinctive domain of entrepreneurship research. *Advances in Entrepreneurship, Firm Emergence and Growth*, 3(1), 119-138.
- Volery, T. (2007). Ethnic entrepreneurship: a theoretical framework. *Handbook of research on ethnic minority entrepreneurship*, 1, 30-41.
- Waldinger, R., Aldrich, H., & Ward, R. (1990). Opportunities, group characteristics and strategies. *Ethnic entrepreneurs*, 1, 13-48.
- Wellington, A. J. (2006). Self-employment: the new solution for balancing family and career?. *Labour Economics*, 13(3), 357-386.
- Wooldridge, J. M. (2015). *Introductory econometrics: A modern approach*. Cengage learning.
- Zissimopoulos, J. M., & Karoly, L. A. (2007). Transitions to self-employment at older ages: The role of wealth, health, health insurance and other factors. *Labour economics*, 14(2), 269-295.